

20^a CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

“CONTABILIDADE: EXCELÊNCIA NA GESTÃO”



**PALÁCIO DAS CONVENÇÕES
DO PARQUE ANHEMBI**

**15 A 17
DE AGOSTO DE 2007**

**CONTABILISTA, O
CRC SP ESPERA
POR VOCÊ!**



SUMÁRIO

4 Editorial

5 Cartas

ARTIGOS

6 A observância das particularidades das empresas
hoteleiras para uma Contabilidade eficiente



Revson Vasconcelos Alves

8 Artigo 431-A, do Código de Pprocesso Civil:
comentários sobre as obrigações do Perito Judicial



Antonio Carlos Morais

12 A 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo
e os meios privados de solução de conflitos



José Rojo Alonso

14 O capital intelectual



Ademir Lopes Soares

16 Educação empresarial: uma ferramenta para os nossos clientes



Paulo Henrique Vaz da Silva

18 Globalização dos serviços



Carlos A. Dariani

20 A nova lei de falências



**Alexandre Violin Garcia
João Marcos Scaramelli**

22 Nossos “valores” e “comunicações”



Charles B. Holland

24 A nova competitividade



Paulo Araújo

26 O preço da sobrevivência



Paulo Mente

28 O capital social da sociedade cooperativa diante
das Normas Brasileiras de Contabilidade e das
Normas Internacionais de Informações Financeiras



Massao Hashimoto

30 Por que faltam jovens talentos?



Maria Paula Bartolozzi Astrauskas



NOTÍCIAS



ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

32 CRC SP informatiza o plenário para agilizar trabalhos



FISCALIZAÇÃO

34 O exercício profissional merece cuidados no dia-a-dia



DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

36 Câmara e comissões do CRC SP promovem diversas ações



REGISTRO

38 CRC SP e CDT assinam convênio para agilizar registros



ESPECIAL

39 Falta pouco para a 20ª Convenção dos Contabilistas

44 Na comemoração do Dia do Contabilista, CRC SP
conclama à excelência

52 “Fórum 2016”: CRC SP inicia debate sobre planejamento
da profissão para os próximos 10 anos

54 CRC SP vai divulgar programa de assistência à
criança e ao adolescente de São Paulo

55 Convenções Regionais contribuem para a atualização profissional

56 Papel social e mercado de trabalho são discutidos no
3º Encontro dos Estudantes de Ciências Contábeis

58 CRC SP dá continuidade às ações culturais

59 XIV Seminário Cilea reúne profissionais da
Contabilidade em Goiás

60 Legislação

62 Entrevista: Nilson José Goedert

66 Entrevista: Antônio Lopes de Sá

70 Entrevista: Masayuki Nakagawa



O FUTURO DA PROFISSÃO CONTÁBIL DEPENDE DA NOSSA CORAGEM DE VENCER OS NOVOS DESAFIOS

Em abril de 2007, o CRC SP sediou o “Fórum 2016: uma visão de futuro para a profissão contábil”. Cada segmento contábil apresentou suas inquietudes convergidas para a necessidade de implantação de um planejamento estratégico de longo prazo para a profissão contábil.

O “Fórum 2016” é um projeto que se estenderá em nível nacional, dada a importância do tema para a nossa profissão e para a sociedade brasileira. Através de uma visão abrangente, tal projeto visa a discutir as seguintes áreas: setorial (de negócios), profissional (perfil técnico), de tecnologia, de formação (academia) e a de responsabilidade sócio-ambiental, entre outras da mesma importância.

Precisamos unir os profissionais de todo o País para que possamos vencer os desafios impostos à nossa profissão e darmos um grande passo rumo à excelência, colocando-a entre as mais reconhecidas pela nossa sociedade.

Somos 400 mil Contabilistas no Brasil, uma enorme força de trabalho que precisa atuar estrategicamente na gestão do conhecimento, integrando tecnologia da informação e comunicação, para gerar informações para a evolução dos negócios, da sociedade e das pessoas.

A informação é a base para a tomada de decisões. Além de produzir informações, precisamos participar das determinações e ser responsáveis pelos rumos a serem seguidos. Temos que gerenciar o conhecimento com sabedoria e prudência.

A ordem gera o desenvolvimento e produtividade, o progresso gera o crescimento. O poder da convergência enriquecido com a reintegração de melhorias e inovações deverá buscar o valor da excelência para a nossa profissão.

Devemos entender as mudanças pelas quais a nossa profissão e a sociedade estão atravessando. Temos uma rica história marcada com vitórias e conquistas. Estamos agora fincando um marco e uma bandeira a serem seguidos pelos anos vindouros. Com o “Fórum 2016”, estamos iniciando uma jornada que levará a nossa profissão ao salto de excelência. Com certeza, um grande futuro aguarda esta profissão que continuará trabalhando, incessantemente, em prol da sociedade brasileira.

Já demos um grande passo com o debate em andamento, em todo o Brasil, do Decreto-lei nº 9.295/46. A conscientização de que é preciso mudar a lei de regência dos Contabilistas, instituída há 61 anos, deve vir acompanhada da certeza de que devemos enfrentar os desafios que nos aguardam.

Para falar mais sobre este projeto, vejo cada um de vocês na 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, nos dias 15 a 17 de agosto, no maior evento contábil deste ano no nosso Estado, no Palácio das Convenções do Anhembi. Um forte abraço para todos.

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente do CRC SP



CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Antonio Balaminit
Vice-Presidente de Administração e Finanças: Sergio Prado de Mello
Vice-Presidente de Fiscalização: Domingos Orestes Chimento
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi
Vice-Presidente de Registro: José Aref Sabbagh Esteves

Câmara de Controle Interno
Coordenador: Walter Lório
Vice-coordenador: Wanderley Antonio Laporta
Membro: Márcia Ruiz Alcazar
Suplentes: Ana Maria Costa, Telma Tibério Gouveia e Celina Coutinho

Câmara de Recursos
Coordenador: Osvaldo Monéa
Vice-coordenador: Antonio Neves da Silva
Membros: Cláudio Aníbal Cleto, Maria Anselma Coscrato dos Santos e Arnaldo Longhi Colonna

I Câmara de Fiscalização
Coordenador: Vinício Martins Presti
Vice-coordenador: Niveson da Costa Garcia
Membros: Celso Aparecido Gonçalves, Sérgio Vollet e Zaina Said El Hajj

II Câmara de Fiscalização
Coordenador: Júlio Linuesa Perez
Vice-coordenador: Celso Carlos Fernandes
Membros: José Carlos Melchior Arností, Marilene de Paula Martins Leite e Daisy Christine Hette Eastwood

III Câmara de Fiscalização
Coordenador: Luiz Fernando Nóbrega
Vice-coordenador: Julio Luiz Baffini
Membros: Carlos Augusto Nogueira, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Coordenador: José Joaquim Boarin
Vice-coordenador: Marcelo Roberto Monello
Membros: José Donizete Valentina, Telma Tibério Gouveia e Clóvis Ioshike Beppu

Câmara de Registro
Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Vice-coordenadora: Celina Coutinho
Membro: Ana Maria Costa

Conselheiros Suplentes
Adilson Luizão, Almir da Silva Mota, Ana Maria Galloro, Ari Milton Campanhá, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Cloriovaldo Garcia Baptista, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Edevaldo Pereira de Souza, Elza Nice Ribeiro Moreira, Francisco Montoia Rocha, Gilberto Benedito Godoy, Iracélio Perez, Joel Dias Branco, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luis Augusto de Godoy, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Osvaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sérgio Borges Felipe, Sérgio Paula Antunes, Setsuo Kaidei Junior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Valdir Campos Costa, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Antonio Balaminit
Comissão de Publicações
Coordenador: Vinício Martins Presti
Membros: Antonio Luiz Sarno, Antonio Neves da Silva, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e José Joaquim Boarin
Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTB 11347
Jornalista: Michele Mamede - MTB 44087

Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
Projeto gráfico: OlhodeBoi Comunicações
Periodicidade: Trimestral
Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica
Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados.
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)
Fax: 11 3662.0035
E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

“Parabéns a todos os idealizadores e colaboradores envolvidos no Boletim nº 162, creio que o informativo é imprescindível para o sucesso da classe contábil e oferece uma abertura essencial do leque de atividades de atuação preventiva que contribuem para o futuro de uma organização”.

ANDRÉ LUCAS DA SILVA

“Sempre nos traz satisfação receber o Boletim do CRC SP. Em todos os Boletins há novidades, informações importantes, notícias do que acontece no CRC SP e, muitas vezes, no Conselho Federal de Contabilidade, o que torna sua leitura indispensável para todos nós, mas, mesmo assim, não poderia deixar de agradecer e salientar o quanto são relevantes os artigos publicados na edição nº 162”.

JOÃO ALVES FILHO

“Quando tomei ciência, pelo Boletim nº 162, que o CRC SP chegou aos sessenta anos no último mês de dezembro, percebi que o tempo inexoravelmente passa, e, como, talvez, seja um dos poucos remanescentes daqueles que primeiro se registraram, resolvi, embora tardiamente, felicitar o presidente Luiz Antonio Balaminit e sua diretoria e, por seu intermédio, a todos aqueles que pelo Conselho passaram, deixando suas contribuições para o progresso da entidade, o que nos deixa orgulhosos por sabermos ainda existir algo que não foi destruído e, sim, engrandecido”.

ROBERTO F. A. ANGELI

A OBSERVÂNCIA DAS PARTICULARIDADES DAS EMPRESAS HOTELEIRAS PARA UMA CONTABILIDADE EFICIENTE

O turismo tem se consolidado como atividade econômica das mais ascendentes no mundo contemporâneo, principalmente no Brasil, que possui uma infinidade de atrativos, tais como: clima favorável e convidativo, fauna e flora das mais ricas no mundo, recursos hídricos abundantes, um vasto patrimônio cultural e histórico. Como se só isso não bastasse, há anos o Brasil vem se tornando centro de encontros e convenções internacionais, promovendo o chamado “turismo de negócios”.

A quantidade de empresas de natureza turística operando no mercado, agrupadas em hotéis, agências de viagens, alimentos e bebidas, entretenimento e lazer, eventos, transportes etc. eleva ainda mais as dimensões desse segmento da economia, que acaba por atingir outros que atuam no fornecimento de bens e serviços necessários ao seu funcionamento, tornando-se o turismo um grande multiplicador de renda e empregos, além de excelente arrecadador de impostos e divisas para o país.

Neste contexto a hotelaria assume papel importante, em virtude da oferta de negócios de hospedagem que possibilita a permanência dos fluxos de visitantes no espaço visitado.

A Contabilidade, como não poderia deixar de ser, é uma ferramenta fundamental para a administração e controle nas empresas do setor hoteleiro, abrangendo hotéis, pousadas, flats, spas, motéis, dormitórios, hospedarias e albergues. Por meio dela é

que chegamos aos registros capazes de suprir as necessidades da gerência e os interesses de outros usuários externos. O Contador é o profissional que reúne condições de auxiliar em todas as estruturas administrativas da empresa hoteleira, tanto nos aspectos da gestão, como nos normativos da legislação fiscal e tributária.

Porém, esse auxílio não se verifica sem que se dispense a atenção devida às peculiaridades que cada entidade possui. Para que a Contabilidade possa cumprir de maneira eficiente o seu objetivo, ou seja, o de registrar e demonstrar os fatos que afetem a situação patrimonial do hotel, o profissional da Contabilidade deverá respeitar as características desse tipo de estabelecimento, cuja natureza é diversificada e distinta.

Em perfeita sintonia com esta condição, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução nº 956/03, aprovando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC-T 10.6, em que estabelece critérios

e procedimentos específicos de avaliação, de registro e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades hoteleiras.

A Norma esclarece que as demonstrações contábeis das entidades hoteleiras são as mesmas determinadas na NBC-T 3 e divulgadas seguindo os parâmetros descritos na NBC-T 6. Da mesma maneira, define que os hotéis estão sujeitos aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como às Normas Brasileiras de Contabilidade, suas interpretações e às demais leis que regulamentam a Contabilidade no Brasil.

A NBC-T 10.6 dita os procedimentos a serem adotados na elaboração do plano de contas, contemplando as receitas, custos e despesas por cada tipo de serviço ou unidade de produção. Logo, o plano de contas deve ser elaborado de forma a discriminar as contas por departamento do hotel, divididos em



hospedagem, lavanderia, restaurante e bar, além de outros como lazer, turismo, aluguel de equipamentos, de salas de reuniões e de auditórios para eventos. Essa preocupação tem por finalidade enriquecer ao máximo em detalhes as informações prestadas pela Contabilidade por meio de suas demonstrações contábeis e outras que se fizerem necessárias para cada caso.

A Norma também estabelece que as diárias e os consumos realizados por hóspedes, com pagamento a prazo, devem ser registrados em conta do ativo circulante. A mesma regra vale para valores acertados, mas ainda não recebidos, das agências de viagens e administradoras de cartões de crédito, controlados e acumulados pela entidade hoteleira. Já os adiantamentos de agências de viagens, operadoras de turismo e de outros clientes para confirmação de reservas devem ser registrados em conta do passivo circulante.

Aliás, um cuidado especial deve ser tomado com as comissões cobradas pelas agências de viagens, sendo atribuído o devido custo, concomitantemente, com a respectiva receita.

O fornecimento de refeições e de outros serviços, como lavanderia e salões de beleza, inclusos no valor das diárias, devem ser apropriados aos custos de hospedagem, a fim de que possa ser monitorada de forma adequada a atividade principal da empresa hoteleira. Tratamento semelhante será dado aos gastos e recuperações com fornecimento de bens e serviços aos funcionários, registrando-os em contas específicas de custos ou despesas.

Para as contas de estoque, do subgrupo do ativo circulante, devem ser abertas rubricas individualizadas, abrigando utensílios, mercadorias e materiais de consumo pertencentes às guarnições de cama, banho e mesa do restaurante, sendo registrados como custos e despesas à medida que requisitados para uso.

Os utensílios de vida útil superior a um ano serão considerados como bens do ativo imobilizado, sofrendo a dedução da respectiva conta de depreciação. Sobre esse ponto, notamos que o Conselho Federal de Contabilidade buscou uma orientação em consonância com a legislação do Imposto de Renda, que estabelece que os bens

de vida útil inferior a um ano não precisam ser imobilizados.

CONCLUSÃO

Apoiados na premissa de que a Contabilidade se constitui como peça fundamental na organização de qualquer empreendimento, podemos julgar que esta é uma imposição que se aplica, sobremaneira, no ramo hoteleiro que, a depender de seu porte, pode comportar em sua estrutura uma variedade de sistemas operacionais tão díspares, mas, na mesma medida, indispensáveis à manutenção da atividade-fim.

É extremamente importante que sejam resguardadas as características próprias pertencentes às empresas classificadas dentro do ramo hoteleiro, para que a Contabilidade possa atender às aspirações a que uma administração competente deve sempre buscar, maximizando as receitas e reduzindo os custos, com foco na geração de resultados positivos para a entidade.

REVSON VASCONCELOS ALVES
Bacharel em Ciências Contábeis e
pós-graduando em Administração,
Finanças e Negócios.

- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e o Código de Ética Profissional do Contabilista*. São Paulo, 2003. 146 a 148 p.
- LUNKES, R. J. *Manual de Contabilidade Hoteleira*. São Paulo: Atlas, 2004. 63 a 91 p.
- ZANELLA, L. C. *Contabilidade para hotéis e restaurantes*. Caxias do Sul: Educus, 2002. 11 a 32 p.



ARTIGO 431-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: COMENTÁRIOS SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO PERITO JUDICIAL

Este artigo foi introduzido no Código de Processo Civil por intermédio da Lei nº 10.358, de 27 de dezembro de 2001, e logo no seu nascedouro já trouxe desconfiança e muitos questionamentos para as partes, Peritos, assistentes técnicos e para grande parte daqueles que militam em processos judiciais. Ele se refere ao conhecimento das partes sobre o início dos trabalhos do Perito Judicial.

Vejamos inicialmente o que o artigo em questão nos diz:

Art. 431-A. As partes terão ciência da data e local designados pelo juiz ou indicados pelo Perito para ter início a produção da prova.

O artigo chegou em boa hora, até porque a sua ausência do Código Processual Brasileiro já levou inúmeros questionamentos para aqueles que exercem atividades forenses. A

atuação dos Peritos Judiciais deve sempre ser aperfeiçoada e acompanhada de perto pela legislação a fim de que se adequem aos interesses da justiça e também não saiam tentando contra o direito das partes, por desconhecimento ou por falta de direcionamento em alguns atos do profissional, abandonando a sua única função - colaborar com o Judiciário no deslinde de questões forenses e trabalhistas.

Antes do advento deste artigo era normal o Perito iniciar seus trabalhos de buscas de provas cheio de *peritites* - uma doença que ataca alguns profissionais despreparados para o mister - como, aliás, ainda se vê e não dava a menor oportunidade para os Peritos Assistentes, em todos os sentidos, inclusive em saber quando e como iriam dar curso ao seu labor.

O Código era omissivo quanto a esta parte e aí se assentavam os expertos para não oferecerem nenhuma importância

ao demais profissionais que atuavam a favor das partes litigantes. Isso sem dúvida levou a vários embates, tendo alguns chegados aos tribunais administrativos dos Conselhos Profissionais e mesmo vários questionamentos nos processos judiciais, onde alegavam as partes que não tinham a menor oportunidade de falar a respeito dos laudos periciais, em razão da falta de conhecimento do início das provas ou mesmo que os Peritos oficiais só o fizeram já nos arremates do prazo de entrega do documento nos cartórios.

Diziam os Peritos Assistentes que os Peritos Judiciais deveriam dar-lhes conhecimento das suas andanças a respeito do trabalho pericial e alguns queriam mesmo atuar em conjunto com o experto. O Conselho Federal de Contabilidade em boa hora publicou a Resolução nº 858/99, em 21 de outubro de 1999, que normatizou a NBC T 13 e no item 13.3 EXECUÇÃO definiu:

13.3.1 – O Perito Contador assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato com o Perito Contador, pondo-se à disposição para o planejamento e a execução conjunto da perícia. Uma vez aceita a participação, o Perito Contador deve permitir o seu acesso aos trabalhos. (grifo do autor)

Estava afastada a obrigação do Perito Contador trabalhar em conjunto com o Perito Contador Assistente, como ocorria até aquela data. Este fato também trouxe descontentamento entre vários assistentes judiciais, mas ficou aí uma possibilidade, porém, do livre arbítrio do Perito Oficial em aceitar ou não a participação do Perito Assistente, porque se tirava as amarras que anteriormente a própria norma colocou aos Peritos Contadores Judiciais, quando os obrigava a executarem suas tarefas junto com dois outros Peritos Assistentes, que por dever de ofício tinham seus próprios interesses na causa.

Com o advento desta nova NBC o Perito Oficial não pode aceitar a participação somente de um Perito Assistente em detrimento do outro. Esta atitude só é aceita se um deles não for Contador registrado em Conselho de Contabilidade. Ou, ainda, se estiver com registro irregular e de alguma forma impedido de exercer a atividade



O Perito Oficial não pode aceitar a participação somente de um Perito Assistente em detrimento do outro. Esta atitude só é aceita se um deles não for Contador registrado em Conselho de Contabilidade.



de executar tarefas periciais, equiparado aos leigos em matérias contábeis e, por conseguinte, periciais da profissão do Contador. Tal impedimento tem amparo legal tanto nas normas do Conselho Federal de Contabilidade como no Código de Processo Civil, artigo 145:

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por Perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º Os Peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste Código. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 7.270, de 10.12.1984).

§ 2º Os Peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre a qual deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 7.270, de 10.12.1984).

Retirada a obrigação do Perito Contador atuar em conjunto com o Perito Contador Assistente, que era ao nosso ver uma afronta à liberdade de trabalhar com a supervisão e a intervenção de terceiros, ambos com total interesse no resultado da causa,



ofereceu no entanto o CFC a liberdade do Perito Contador convidar ou não o Perito Contador Assistente para trabalho em conjunto e este, obviamente, tem o direito de aceitar ou não o convite.

Ocorria que os Peritos Judiciais não queriam, na maioria vezes, sequer receber os Peritos Assistentes sob os mais diversos argumentos. Ou porque entendiam que representavam os interesses da justiça e se deixassem os assistentes tomarem conhecimento das suas andanças em buscas de provas. Ou, sabedor que um Perito Assistente era mais conhecedor da atividade que o próprio Perito do juízo, o que é bastante normal na atividade pericial, faziam de tudo para cercear a participação do assistente e até para mantê-lo bem longe do laudo pericial.



Com a finalidade de colaborar com a celeridade processual, e evitando o argumento de cerceamento de defesa, o artigo 431-A veio, de alguma forma, tentar colocar as coisas nos devidos lugares, ou seja, agora o Perito Judicial está obrigado a comunicar por escrito às partes, se o juiz não o fizer, anunciando dia, local e hora onde os trabalhos periciais serão iniciados. Desta comunicação, os assistentes certamente tomarão conhecimento por intermédio dos advogados das partes.

Não tendo as partes indicado seus Peritos Assistentes, a obrigação é a mesma para o Perito Oficial, não lhe cabendo imaginar que a ausência desses profissionais lhe assegura iniciar a feitura do laudo e a sua protocolização em cartório, sem o devido conhecimento dos advogados representantes das partes.

O Perito deve comunicar as partes, tendo ou não a participação de assistentes, porém esta obrigação da comunicação tem soado como um sino de dupla sonorização para alguns assistentes. Uns entendem que isso é uma boa notícia para eles e já se apressam em procurar o Perito e até exigem participação conjunta no trabalho, outros, menos afoitos, apenas recebem como uma informação técnica, utilizando-a como forma de bem prestar um bom trabalho aos seus clientes.

Na verdade, a comunicação do início dos trabalhos periciais serve para que as partes tenham ciência do começo da Perícia e logicamente do dia provável da entrega do laudo em cartório. Da mesma maneira que o Perito Oficial tem poderes de arrecadar provas para subsidiar o seu laudo os Peritos Assistentes têm direitos também de buscar as provas legais que entendam necessárias para amparo dos seus pareceres. Vejamos o que nos ensina os artigos seguintes, iniciando pelo art. 332 do CPC:

Art. 332. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.

A seguir, o artigo 429 nos esclarece os poderes de todos os Peritos, tanto do juízo como das partes, em procurar as provas que sejam necessárias, tanto para amparo dos laudos periciais quanto para os pareceres técnicos dos assistentes.

Art. 429. Para o desempenho de sua função, podem o Perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.

Assim constatamos que o conhecimento das datas para o início da Perícia é de suma importância tanto para aqueles que irão laborar juntamente com os Peritos Oficiais quanto para os que irão procurar suas provas de forma individual, considerando o prazo para as partes se manifestarem a respeito do laudo do Perito Oficial ser de 10 dias corridos e, mesmo assim, ser comum para ambas as partes.

Art. 433. O Perito apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 dias antes da audiência de instrução e julgamento. *(Redação dada pela Lei nº 8.455, de 24.8.1992).*

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 dias, após intimadas as partes da apresentação

do laudo. (*Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001*).

Conclusões deste trabalho:

- O artigo 431-A obriga o Perito Contador judicial a comunicar às partes o início da Perícia ou as buscas das provas.
- Obriga também a fazê-lo mesmo não havendo Perito Assistente indicado para atuar na Perícia.
- Desobriga o Perito Oficial a aceitar a participação dos Peritos Assistentes a trabalharem em conjunto.
- Não impede que todos trabalhem em conjunto e que possam até assinar o laudo pericial caso concordem com o seu conteúdo.
- Se entender que deve trabalhar em conjunto, o Perito Judicial

deve convidar sempre os dois Peritos Assistentes, se estiverem legalmente registrados em Conselhos Profissionais e em dia com suas obrigações perante aquele órgão.

- Estando ambos legalmente autorizados a atuarem em perícias judiciais, tanto por seus Conselhos Profissionais, quanto pelo CPC, art. 145, não pode aceitar trabalhar somente com um assistente e abandonar o outro à sua própria sorte.
- Caso o Perito Oficial convide a todos e um assistente não queira participar do trabalho em conjunto, estará este desimpedido para exercer o seu mister com o experto oficial, podendo executar suas tarefas totalmente independente

e com todos os poderes legais que a lei lhe confere atuar.

- Por último, criou a lei mais uma obrigação para o Perito Oficial, entretanto tornou o seu trabalho mais transparente no que diz respeito ao cumprimento dos prazos para diligenciar, arrecadar provas e ofertar o laudo pericial no cartório da respectiva vara judicial ou do trabalho.

*ANTONIO CARLOS MORAIS
Ex-vice-presidente do CFC,
coordenador do Grupo de Normas
de Perícias do CFC de 2000 até
junho de 2006, Perito Judicial e
Extrajudicial, professor de Perícia
em pós-graduação lato sensu.*

Minimizando Custos & Atingindo Melhores Resultados

Módulos
Sistemas Integrados

❖ Folha de Pagamento

❖ Escrita Fiscal

❖ Contabilidade

❖ Administrador de Escritórios

❖ LALUR

❖ Protocolos

❖ Livro de Duplicatas

❖ Cálculo de Impostos em Atraso

❖ Backup Programado

A Módulos armazena seus dados com segurança e tecnologia

- Arquivos Word e Excel;
- Arquivos de Imposto de Renda Física e Jurídica;
- Arquivos da Nova Guia e Declaração do Simples;
- Arquivos de Banco de Dados;
- Arquivos da Conectividade;
- Arquivos txt e outros.

Suporte On Line e Treinamento Localizado • Sistema compatível com qualquer versão

- ✓ Não cobramos o licenciamento
- ✓ Estudamos conversão de dados

São Paulo e demais localidades
(11) 4994.5237
Litoral
(13) 3252.3528

www.modulosintegrados.com.br
vendas@modulosintegrados.com.br

A 20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E OS MEIOS PRIVADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

De 15 a 17 de agosto de 2007 será realizada, em São Paulo, no Palácio das Convenções do Anhembi, a 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, com um temário que abrange várias áreas de atividades da profissão contábil, entre as quais destacamos do Regulamento desse conclave, para este trabalho, a área “e”, do artigo 4º, como segue:

“Artigo 4º - e - “Peritos/Mediação/Arbitragem e Conciliação”, a cargo da APEJESP (Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo) e da FEBRAPAM (Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores).

De modo especial, queremos nos referir à Mediação, à Arbitragem e à Conciliação, que são os três meios privados de solução de conflitos mais conhecidos, como detalhamos em nosso trabalho intitulado “A Arbitragem e a Profissão Contábil”, cujo texto, na íntegra, colocamos à disposição dos interessados que desejem conhecê-lo, desde que o solicitem através de nosso endereço eletrônico: jr.alonso@alonso.com.br



Estes temas, juntos ou não, vêm sendo objeto de trabalhos apresentados e de discussões em Convenções similares à ora comentada, bem como em outros conclaves da classe contábil, como, por exemplo, na 19ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, realizada de 7 a 9 de setembro de 2005, com o tema “Perícia e Arbitragem”.

Neste sentido, em nível estadual, foi pioneiro o XIII Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo, realizado em Águas de São Pedro (SP), de 20 a 23 de agosto de 1992, no qual apresentamos o trabalho “A Arbitragem e as Empresas de Serviços Contábeis” e, em nível nacional, o XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Salvador (BA), de 18 a 23 de outubro de 1992, onde apresentamos, em parceria com o saudoso colega, Prof. Dr. Alberto Almada Rodrigues, o trabalho “A Arbitragem no Brasil”.

MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO

Para os esclarecimentos deste item, aproveitamos vários conceitos extraídos do trabalho “A Arbitragem e a Profissão Contábil”, conceitos esses, como seguem:

“Além da Arbitragem, há outras alternativas ao Judiciário, das quais as mais usuais são a Negociação, a Mediação e a Conciliação, sendo conhecidas essas quatro alternativas e outras, nos Estados Unidos, por ADR, as iniciais



A classe contábil paulista e suas entidades vão tomando conhecimento desse poderoso instrumento que é a Arbitragem, assim como de outros meios privados de solução de conflitos, entre as quais a Mediação e a Conciliação.





das palavras *Alternatives Disputes Resolution* ou “Alternativas de Solução de Disputas”.

“Na Mediação, uma pessoa neutra ajuda as partes a obter sua própria decisão”.

“Na Conciliação, também, uma pessoa neutra ajuda as partes a obter sua própria decisão, mas, diferentemente daquela, ao menos conceitualmente, espera-se que o Conciliador proponha soluções para ser resolvido o conflito”.

“A Mediação é menos conhecida e utilizada no Brasil do que nos Estados Unidos, enquanto que a Conciliação é mais usual em nosso país, principalmente em razão de ser muito utilizada pelo Poder Judiciário, especialmente pela Justiça do Trabalho e aqui a distinção entre ambas nem sempre é observada”.

“Isso ocorre também em vários países e, em certos casos, as duas palavras têm a mesma aplicação, como, por exemplo, no texto do Protocolo sobre Mediação e Arbitragem, firmado entre os Governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai em 1975, que, em seu item 1.2.f, dispõe: “Para os fins deste Protocolo, o termo “Mediação” é sinônimo de Conciliação” (grifos do autor).

Finalizando este item, apresentamos a conceituação de Arbitragem constante da Cartilha de Arbitragem editada em dezembro de 2006 pelo Ministério da Justiça, cujo texto é do seguinte teor: “A arbitragem é um meio

privado de solução de conflitos. Ela pode ser usada para resolver problemas jurídicos sem a participação do Poder Judiciário. É um mecanismo voluntário: ninguém pode ser obrigado a se submeter à Arbitragem contra a sua vontade”.

Dos meios privados de solução de conflitos referidos, em nosso país, o único que tem legislação própria é a Arbitragem, por meio da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

A classe contábil paulista e suas entidades, aos poucos, vão tomando conhecimento desse poderoso instrumento que é a Arbitragem, assim como de outros meios privados de solução de conflitos, entre as quais a Mediação e a Conciliação.

Neste sentido, por meio da Deliberação do Conselho Diretor do CRC SP, nº 17/2006, datada de 23 de janeiro de 2006, foi constituída a Comissão de Estudos de Mediação e Arbitragem, sob a coordenação do conselheiro Osvaldo Monéa, e da qual fazemos parte, que vem promovendo uma série de reuniões e de estudos nessas áreas.

Por outro lado, em AGE realizada em 23 de novembro de 2006, a Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo, alterou seu Estatuto, cujo artigo 2º - letra a, passou a ter a seguinte redação, abrangendo também os profissionais que atuam no campo da Arbitragem, da Mediação e da Conciliação, quando antes incluía exclusivamente Peritos Judiciais:

“Artigo 2º - A APEJESP tem por objetivos: a) congregar os profissionais possuidores de diploma de grau superior ou equiparado, legalmente habilitados e dedicados à atividade pericial em Juízo, para o intercâmbio e aprimoramento técnico-científico, bem como agregar profissionais no campo da Arbitragem, Mediação e Conciliação”.

Concluindo, desejamos conclamar os Contabilistas a participarem da Convenção estadual mencionada e aqueles que se interessarem pelos meios privados de solução de conflitos referidos a optar pela área que inclui tais meios.

JOSÉ ROJO ALONSO

Presidente do CRC SP, gestão 1972-1973, do Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) Nacional e 5ª Seção Regional e ex-presidente da Apejesp (Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo).

Ex-diretor da AIC (Associação Interamericana de Contabilidade) e ex-presidente da Comissão de Ética e de Exercício Profissional da AIC. Árbitro e Mediador credenciado por várias instituições de Arbitragem e de Mediação, entre as quais a CCI, de Paris (França).

O CAPITAL INTELECTUAL

Entre os vários itens que compõem o patrimônio de uma empresa, um dos mais importantes, senão o maior deles, é o capital intelectual. Constituído pelo potencial humano colocado à disposição e apto a desenvolver todas as tarefas que envolvem as atividades necessárias à rotina empresarial.

Tão importante é a sua classificação que, conhecido como Recursos Humanos, vem mudando sua denominação, pois esse conjunto de talentos deixou de ser um “recurso” e se transformou em “capital”, merecendo atenção especial do corpo diretivo na sua formação e manutenção.

Empenhar-se ao máximo na busca de pessoas talentosas, responsáveis e de total confiança, deverá ser a preocupação constante de todo empresário que busca o sucesso de seu empreendimento.

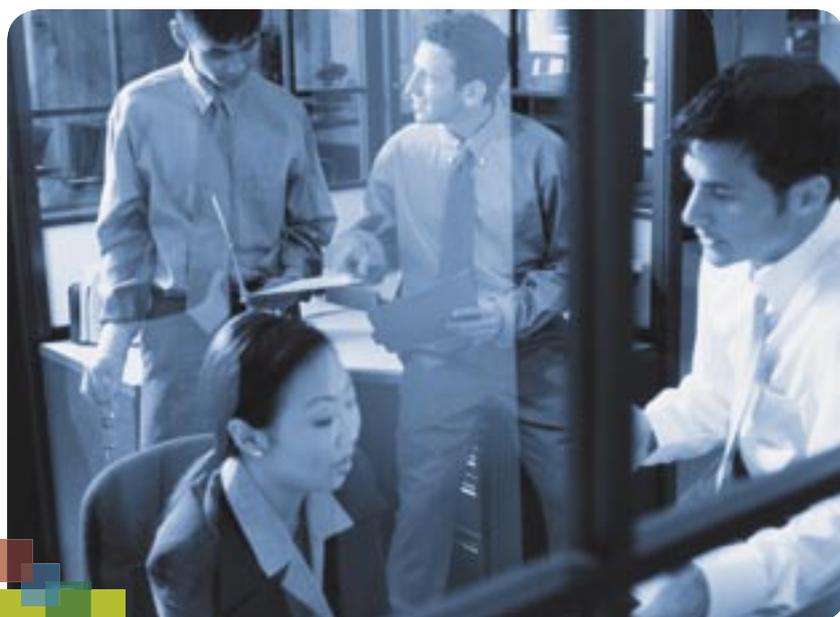
Há até quem diga que se você achar uma pessoa talentosa, contrate-a. Mesmo que ainda não tenha uma função

definida para ela. Se tem talento, certamente será útil. Vai brilhar onde for colocada.

No processo de recrutamento e seleção utilize os meios disponíveis, para que os currículos cheguem até a fase da contratação. Todo esforço deverá ser envidado para colocar a pessoa certa na função oferecida ou criada. Certamente, o pessoal delegado para esta tarefa executou a contento e cercou-se de todos os meios disponíveis para localizar a pessoa adequada. Tudo certo, vamos efetivar a contratação.

Agora, você que é empresário, tem uma oportunidade ímpar. Não delegue, pois esta função é exclusivamente sua. Mesmo que seja breve. Converse com o seu novo colaborador.

Se já conversaram nas fases anteriores, lembre-se que eram assuntos ligados a levantamento e análise de dados, com o candidato preocupado em mostrar seu potencial, almejando a vaga oferecida.



Esta conversa sugerida é o momento de expor ao novo funcionário os princípios e valores que norteiam as diretrizes da empresa. Discorra, ao menos sucintamente, sobre a cultura empresarial que se implantou. Ressalte os créditos conseguidos por meio da tradição e do bom nome que sua empresa goza na praça. Reforce o bom desempenho conseguido pela perseverança e dedicação da diretoria atual e anterior, se houver.

Diga, orgulhando-se disto, o que a sua empresa faz, como faz e por que faz. Procure “vender” a imagem positiva da atividade desenvolvida.



**Faça despertar
no futuro
parceiro uma
ponta de
admiração e
interesse pela
vaga que acabou
de conquistar.**



Fale sobre seus clientes e do quanto eles são importantes. Em última análise, o cliente é sempre o “patrão” de todos nós.

Durante a conversa, oportunamente, o candidato ora contratado também vai se pronunciar. Aproveite também para conhecê-lo. Procure descobrir o que ele pensa sobre sua nova situação. Seus pontos fortes, os fracos, suas crenças, o que ele defende e o que não coaduna. Vocês vão passar muitas horas juntos, durante o expediente empresarial, mas dificilmente terão momentos como este com a possibilidade de entrosamento.

É de grande valia, passar e receber informações para esta pessoa que o estará auxiliando e, ao mesmo tempo,

dependendo economicamente da sua atividade profissional.

Faça despertar no futuro parceiro uma ponta de admiração e interesse pela vaga que acabou de conquistar. Mostre-lhe que sua presença na empresa será motivo de satisfação para todos e esforce-se para que isto realmente aconteça.

Como todo bom anfitrião que, certamente, você é, dê-lhe as boas-vindas!

ADEMIR LOPES SOARES
Bacharel em Ciências
Contábeis, Administração de
Empresas e Direito.



20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Quase 1 década de mercado,
35 unidades de negócios,
mais de 4.000 clientes ativos,
15.000 usuários,
softwares 100% integrados,
atendimento de qualidade,
suporte técnico sempre à disposição.
Acredite, tudo isso cabe em um stand.**

Venha visitar o stand da Domínio Sistemas na 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, de 15 a 17 de agosto de 2007, no Anhembi, em São Paulo, e conheça todas as vantagens e soluções que temos a oferecer para a sua empresa de contabilidade.

www.dominiosistemas.com.br Informações Comerciais: 0800 645 4004

domínio SISTEMAS *A sua melhor escolha*



EDUCAÇÃO EMPRESARIAL: UMA FERRAMENTA PARA OS NOSSOS CLIENTES

Nas atividades efetuadas pelas empresas de prestação de serviços contábeis aos clientes, desenvolvem-se inúmeras tarefas importantes para a sua execução. Recebimento de documentos, processamento dos serviços, emissões de relatórios contábeis, fiscais e trabalhistas, elaboração de declarações para o Fisco Federal, Estadual e Municipal, entre outras tarefas realizadas mensalmente pelos prestadores de serviços contábeis, tomam um tempo expressivo.

Entretanto, todas as atividades mencionadas são relevantes para a execução e a geração de informações. Todavia, para uma boa execução das tarefas mensais, a educação empresarial dos nossos clientes torna-se tão importante quanto a execução desses serviços.

Para evidenciar esta importância, faremos a seguinte questão: qual cliente gera mais trabalho, a empresa organizada ou a desorganizada? Provavelmente, a empresa organizada gera menos trabalho na ordenação da documentação recebida para contabilização, escrituração fiscal ou para

a elaboração da folha de pagamento. Vale ressaltar que esta relação de empresa organizada e desorganizada está restrita aos aspectos relacionados aos documentos para a escrituração contábil, fiscal e trabalhista.

A educação empresarial, no exercício da gestão dos nossos clientes, é fundamental para o relacionamento profissional entre as empresas de serviços contábeis e os clientes, já que um cliente consciente das necessidades de controles das atividades administrativas resulta num trabalho visando à diminuição dos riscos de problemas

fiscais, extravio de documentos, pagamentos incorretos etc.

Os aspectos educacionais são mencionados por educadores, políticos, intelectuais, professores, empresários entre outros, como uma das mais eficazes ferramentas de melhorias na sociedade como um todo.

Nós, Contabilistas, que por força da legislação vigente, somos habilitados a prestar serviços contábeis para empresas de pequeno, médio e grande porte em todo o País, em muitos casos, vivenciamos a necessidade de educação empresarial dos nossos clientes, princi-



palmente, para orientá-los quanto aos controles financeiros e contábeis.

A educação empresarial é fundamental para a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas empresas de serviços contábeis. O cliente educado empresarialmente valorizará muito mais os serviços prestados, entendendo que o profissional de Contabilidade não é um “mal necessário”, e sim um parceiro importante na gestão da empresa, alguém que gerará valor à empresa.

Se dedicarmos algumas horas no mês, incentivando e orientando nossos clientes a buscarem cursos de aperfeiçoamento em Gestão Empresarial (Práticas Trabalhistas, Gerenciamento de Arquivos, Fluxo de Caixa etc.), ou promovermos treinamentos de educação empresarial, teremos problemas de desorganização na documentação enviada pelos nossos clientes em todo início de mês?

Teremos tantas empresas morrendo antes dos cinco primeiros anos? É claro que são perguntas complexas e sem respostas definitivas, visto que demandam outras variáveis a serem analisadas.

Todavia, acredito que a educação empresarial contribuiria para a melhoria na gestão empresarial dos nossos clientes, principalmente, no que tange as informações contábeis, pelo fato

de os nossos clientes ganharem consciência da importância da assessoria de um profissional de Contabilidade no processo de gestão das atividades empresariais.

Segundo a pesquisa realizada pelo Sebrae, 56% das empresas fecham antes de completar o 5º ano de atividade. As principais causas do fechamento de empresas são:

- comportamento empreendedor pouco desenvolvido.
- falta de planejamento prévio.
- gestão deficiente do negócio.
- insuficiência de políticas de apoio.
- conjuntura econômica deprimida.
- problemas pessoais dos proprietários.

O CFC, em conjunto com o Sebrae, criou o programa “Contabilizando o sucesso”. Este programa visa a capacitar profissionais da Contabilidade para o auxílio ao pequeno e médio empresários na gestão empresarial dos seus negócios, pois qual o profissional, que presta serviços, que está mais próximo do pequeno e médio empresários nos aspectos relacionados à gestão empresarial? É claro que existem profissionais que auxiliam os pequenos e médios empresários na gestão empresarial: advogados, engenheiros, administra-



**A educação
empresarial dos
nossos clientes
torna-se tão
importante
quanto a
execução desses
serviços.**



dores, economistas, entre outros. Mas nenhum profissional está tão ligado ao pequeno e médio empresário quanto o Contabilista.

Esta evidência é clara devido à necessidade de se ter um Contabilista responsável pela empresa junto à Receita Federal e, por força de lei (Código Civil), ao fato de as empresas possuírem escrituração contábil, independentemente do porte.

Acredito que nós Contabilistas poderíamos contribuir significativamente para o crescimento de nosso País, por meio da educação empresarial dos empresários, de programas, incentivos e, principalmente, pelo trabalho de conscientização dos nossos clientes na relevância nos processos de controles das finanças empresariais.

**PAULO HENRIQUE VAZ
DA SILVA**

*Técnico em Contabilidade e
professor universitário.*



GLOBALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Economistas norte-americanos têm reunido dados e estatísticas para dimensionar o impacto real do *international outsourcing*, ou seja, da terceirização internacional, para avaliar, além dos dados empíricos, a relação real entre a criação de empregos fora do país e a destruição de empregos nos Estados Unidos. O caso mais evidente se refere à Índia e ao seu setor de tecnologia.

Esse não é um fenômeno isolado. A Unece (Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas), em sua sigla em inglês, tem se debruçado sobre o assunto, pois a terceirização internacional tem ocorrido em toda a Europa, principalmente no Leste Europeu.

Essa terceirização, no geral identificada nos setores de tecnologia, informação e comunicação, alcança uma grande variedade de serviços, como embalagem, montagem, logística, entre outros. Analisados à distância, o que vemos é a globalização do setor de serviços que ocorre sem alarde, sem requerer marcos regulatórios e em uma velocidade maior que a capacidade dos governos de regulamentá-lo.

O Brasil não está fora dessa tendência. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior divulgou, recentemente, números revelando que a média de crescimento de exportação de serviços foi de 10,8% em 2005, o triplo da média internacional. Passamos a ocupar o 7º lugar em crescimento de exportação de serviços, o 31º em volume de exportações (US\$ 15 bilhões) e o 24º em volume de importações, com mais de US\$ 22 bilhões.

Há, basicamente, dois tipos de inserção num mercado globalizado.



Uma boa parte do setor de serviços não saiu de seus países para se globalizar, mas foi acessado internacionalmente em sua base local.



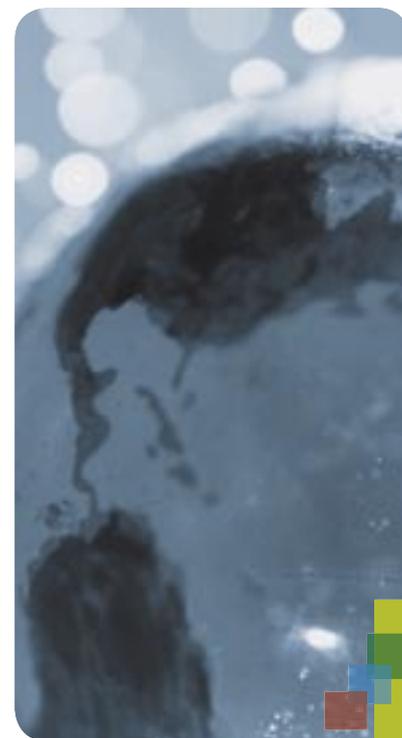
sócio natural do país-hóspede fazer parte de uma empresa prestadora de serviços. Também se cogitava a limitação percentual do capital social que poderia ficar em mãos estrangeiras, além de barreiras operacional, financeira e tributária.

A discussão mostrou como fomos pouco criativos, como nossa capacidade de prever o futuro é limitada. Uma boa parte do setor de serviços não saiu de seus países para se globalizar, mas foi acessado internacionalmente em sua base local. Sem sair do seu país, as empresas prestam serviços a todo o mundo e o Brasil se adaptou a esse padrão.

O interessante nesse modelo, no qual o Brasil tem tido um desempenho acima da média, é que na maioria dos casos, ele quebra o

No modelo presencial, a empresa deve se instalar no local onde está a demanda e, aí, cabe um sem número de conexões e formas de trabalho com a matriz. No outro modelo, que podemos chamar de exportador, a empresa não precisa estar onde está a demanda. Os dois se aplicam também à área de serviços.

Há poucos anos, discutíamos sobre a inserção do setor de serviços na ALCA e as barreiras indicavam que os governos protegeriam seus mercados contra a entrada dos estrangeiros. Discutia-se a imposição de equivalência curricular para os serviços profissionais e a necessidade de um



paradigma clássico da globalização pelo qual se imaginava a massificação dos bens e produtos. Seria impossível para um hindu atender a uma dúvida de um cliente nos Estados Unidos sem se adequar à cultura do país. Da mesma forma como é impossível vender um *software* brasileiro de gestão para outro país sem adequá-lo aos padrões financeiros, tributários e operacionais daquele país.

Na área de serviços profissionais, há exemplos interessantes, como na advocacia, só para citar um em que temos experiência diária. Nesse setor, empresas globais contratam, do exterior, escritórios locais. A contratação pode ser desde uma Auditoria na filial brasileira, uma consulta sobre nossa legislação ou até a participação em um projeto global.

Há ainda atuações na linha corporativa, quando um cliente que coordena corporativamente todas as plantas da América Latina, a partir do Brasil, decide implantar um projeto com alcance regional, como um Banco de Horas que em todos os países respondam a ele. O escritório aciona sua rede e coordena localmente a implantação do projeto internacional contando com sua rede globalizada. O cliente, localmente,



atua internacionalmente por meio do escritório local, aciona parceiros em toda a região e coordena o projeto.

Nestes casos, embora a legislação seja local, a forma do atendimento, a velocidade das informações, o padrão de qualidade, o formato de apresentação e a forma de faturamento são adequadas ao cliente internacional. Na empresa, deve-se falar em inglês e o fuso horário, principalmente da Europa, exige rapidez para que o prometido para aquele dia ou o seguinte não chegue depois do expediente do

seu cliente.

Este nível de globalização seria impossível sem o estágio de desenvolvimento tecnológico em que vivemos. O fascinante da globalização dos serviços é que ela pode ser ampliada para uma prestação de serviços de maneira ainda mais complexa, atendendo a cadeias de clientes ainda mais dispersos. Porém, nunca será massificada.

CARLOS A. DARIANI
Diretor administrativo-financeiro.

Contmaster®
Sistemas Administrativos Integrados

Simplex nas operações, poderosos em resultados

Visite nosso site: www.contmaster.com.br

- Escrita Fiscal
- Lucro Presumido
- Folha de Pagamento
- C.I.A - Cálculo de Impostos Atrasados
- Ativo e Controle Patrimonial Independente
- Controller - Gerenciador de Escritórios Contábeis
- Contabilidade Geral, Ativo, Controle Patrimonial e Lalur
- Contabilidade Compatível com a ANS - Agência Nacional de Saúde

Conversão de cadastros
Desenvolvimento de Home-Page

São Paulo: (11) 3106-7605 - Grande São Paulo: (11) 4458-0181 - Jacareí: (12) 3954-4100 - S.José do Rio Preto: (17) 234-1910 - Araçatuba: (18)3608-5343



A NOVA LEI DE FALÊNCIAS

O Congresso Nacional, após 11 anos de tramitação, no dia 9 de fevereiro de 2005, sancionou a nova Lei de Falências, que está sendo considerada de fundamental importância para a economia brasileira e é definida por especialistas como uma das mais modernas do mundo. A nova lei dispõe sobre os processos de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, tendo como objetivo principal a preservação das empresas.

O processo falimentar ocorre quando o empresário ou a sociedade empresária, de alguma forma, encontra dificuldades em cumprir com os seus deveres e obrigações, caracterizando um estado de insolvência. Estará sujeito à falência todo e qualquer profissional que exerce atividade profissional empresária. A decretação da falência é feita pelo juiz, que determina, se for preciso, o seqüestro dos bens do devedor para que, por meio de leilão ou pregão, sejam vendidos e com o montante apurado na venda, sejam satisfeitos os seus créditos.

A espinha dorsal da nova lei é a recuperação das empresas, pois obje-

tiva a superação da crise econômica e financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego e dos interesses dos credores, constituindo-se em estímulo à atividade econômica. Na recuperação judicial, o processo é peculiar e o objetivo principal é a reorganização da empresa explorada pela sociedade empresária devedora. Todo processo é realizado sob controle da Justiça. A viabilidade para a realização do processo de recuperação judicial deve ser feita pelo Judiciário em função de vetores como importância social, mão-de-obra empregada, o tempo de mercado da empresa e o valor de seu ativo e de seu passivo.

Dentre as mudanças, destacamos: para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o Decreto-lei nº 11.001, de 9 de fevereiro de 2005, em seu artigo 70, “as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas na lei, poderão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem sua intenção de fazê-lo na petição inicial...” (Brasil, 2005, p. 1281), em função da pequena complexidade na recuperação das ME



Na recuperação judicial, o processo é peculiar e o objetivo principal é a reorganização da empresa explorada pela sociedade empresária devedora.



e das EPP, o plano de recuperação deverá ser regido pelo parcelamento das dívidas quirográficas (*).

Muitas vezes um plano de recuperação judicial pode ser reprovado em decorrência da resistência de alguns credores a qualquer tipo de proposta de renegociação. Quando isso acontece, é decretada imediatamente a falência do devedor e, para que não seja frustrada a recuperação da empresa apenas pela não anuência de uma minoria dos credores, foi criado o plano de recuperação extrajudicial, que também apresenta a possibilidade de todos os seus credores virem a receber seus créditos. Para que seja aprovado o plano de recuperação extrajudicial, a lei prevê que a maioria dos credores deve aderir ao plano, vindo

a estender-se aos demais, mesmo que contra sua vontade.

É neste contexto que a Perícia Contábil surge como ferramenta fundamental. É a tentativa de resolver dificuldades surgidas para os juízes, no julgamento dos processos. A lei determina a contratação de profissionais ou empresas especializadas na área contábil, a fim de auxiliar na busca da veracidade dos fatos, utilizando-se de laudos periciais na formação da decisão. O laudo pericial tem em seu corpo um levantamento claro e preciso dos motivos que levaram a empresa ao estado de insolvência, baseado em uma vistoria geral das possíveis irregularidades que tenham ocorrido por parte do devedor e seus

administradores, vindo desta maneira a responder pelos seus atos.

A nova Lei de Falências deve propiciar maior estabilidade à economia nacional, visando assim a manter as empresas economicamente ativas e viáveis para o Brasil. Além de retirar de circulação aquelas que não têm condições de voltar a exercer suas atividades econômicas e trazer o empresário à responsabilidade de repensar meios e novos caminhos para manter-se no mercado.

*ALEXANDRE VIOLIN GARCIA e
JOÃO MARCOS SCARAMELLI
Graduandos em Ciências Contábeis.*

(*) Dívidas quirográficas são os credores por títulos de crédito, como notas promissórias, duplicatas, dentre outros.



A EBS Sistemas traz o tempo livre para perto de você.

Desde 1987 a EBS Sistemas desenvolve soluções integradas para área contábil, gestão empresarial e consultoria tributária que facilitam seu trabalho. Coloque ainda hoje a EBS Sistemas na sua vida.

11 3956 5000
www.ebs.com.br

NOSSOS "VALORES" E "COMUNICAÇÕES"

Na última reunião de trabalho de um grupo fechado de donos e presidentes de empresas, um participante japonês fez suas considerações sobre os fenômenos eleitorais no País. No Brasil, as comunicações e a difusão de informações são precárias. Por exemplo, no Japão, com 128 milhões de habitantes, os três maiores jornais vendem diariamente 32 milhões de exemplares. Lá, os mais simples fazendeiros de locais remotos lêem o mesmo jornal que o imperador. No Brasil, com uma população de 185 milhões, os três maiores jornais vendem 1 milhão de exemplares. Quais seriam o comportamento, os valores e as atitudes dos brasileiros se todos lessem e tivessem acesso a leituras de conteúdo, como nos países mais desenvolvidos? Certamente, os poucos que lêem jornais de qualidade não pensam e agem como as pessoas que nada ou pouco lêem. No nosso sistema democrático, os votos dos poucos bem informados valem tanto quanto dos poucos ou nada informados. Para isto, siste-



mas de comunicações de conteúdo difundidos e acessíveis à sociedade, como nos países mais adiantados, são essenciais para o fortalecimento da nossa democracia.

Recentemente, participei de uma reunião de conselho, em que uma parte do tempo foi dedicada à divulgação, aderência e cumprimento do código de ética da empresa. Códigos de ética objetivam aderência a valores. Cada povo, comunidade ou empresa tem seus valores. Porque variam, inclusive no tempo, é essencial fazer campanhas freqüentes e repetitivas para fixação junto a todos os colaboradores de cada empresa. Perguntei como o código de ética se aproximava dos valores da empresa. A seguir, como curioso, levantei da cadeira para ler os "nossos valores" pendurado na sala de reunião. Eram magistrais! E eram mais enxutos que os 10 mandamentos de Deus. Se todos seguissem os valores definidos pela empresa, inexistiriam desvios éticos. Todavia, na minha experiência, a maioria dos "valores" definidos pelas empresas não é adequadamente difundida e, conseqüentemente, não é praticada na sua íntegra.

E por falar em valores, ouvi um sermão de padre que contou uma história instigante. Segundo ele, no Velho Testamento cada osso do corpo humano era representado por um mandamento. Como temos 206 ossos, há 3.500 anos tínhamos o mesmo número de mandamentos. Então, segundo a interpretação da Bíblia, todos os ossos são imprescindíveis. Da mesma forma, os 206 mandamentos, de todas as tribos da época também eram essenciais e importantes. O problema é que com tantos mandamentos, poucos sabiam distinguir os mandamentos essenciais dos não-



Uma tarefa nobre para a nossa sociedade será discutir como disponibilizar e tornar acessíveis as informações relevantes de conteúdo.



essenciais. Ninguém tinha paciência para tantos mandamentos. Finalmente, em torno de 1.400 a.C., Moisés subiu o Monte Sinai para dialogar com Deus. Desceu da montanha com uma versão enxuta de 10 mandamentos, que foi aceita pelos seus seguidores. A aceitação dos 10 mandamentos foi vertiginosa, certamente influenciada pela inteligência e pelo conteúdo de valores. Temos atualmente bilhões de seguidores e praticantes dos 10 mandamentos, na nossa religião cristã e nas outras seitas.

Isto me faz pensar na nossa Constituição, com seus 250 artigos, todos bem intencionados, que são a nossa definição de valores. Lá, existem muitos artigos brilhantes tais como o Art. 5º: "Todos são iguais perante

a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Ali, nossos legisladores de 1988 optaram por engessar o artigo com 87 parágrafos detalhando o significado e alcance do artigo, inserindo “seus sentimentos de justiça”, “desejos” e “formas de gestão” de forma bem detalhada. A maioria dos 250 artigos também está repleta de parágrafos explicativos de natureza semelhante. De maneira ideal, desejos e critérios de gestão deveriam estar noutros instrumentos legais, para não ofuscar a importância dos artigos de “valores” efetivamente importantes. Como na época das tribos, nossos legisladores de 1988 misturaram “desejos” com “va-

lores”, criando uma Constituição que nunca será cumprida na sua íntegra e é freqüentemente descumprida. Afinal, a nossa Constituição não prioriza os artigos de cumprimento obrigatório daqueles que representam desejos. Sem foco nos valores efetivamente importantes para nossa sociedade, somos obrigados a conviver com excesso de desvios de “valores” importantes para a nossa sociedade.

Sem comentários, os valores explicitados nos 10 mandamentos de Deus estão contidos em 66 palavras e em 12 linhas. Nossa Constituição, com nossos valores, desejos, boas intenções e formas de gestão estão anotados em mais de 80 mil palavras e em 7.300 linhas. Nos EUA, a Constituição deles está anotada em 7.600 palavras, ou seja, menos de 10% da nossa Constituição.

Resumindo, uma tarefa nobre para a nossa sociedade será discutir como disponibilizar e tornar acessíveis as informações relevantes de conteúdo, ora só acessíveis para uma minoria, e definir de forma prática os “nossos valores”. Talvez precisemos pedir ajuda a Deus para designar alguém, ou o próximo Congresso Nacional, para definir, de forma enxuta, “nossos valores” e resolver nosso dilema de carência de comunicações de conteúdo de qualidade como um todo.

*CHARLES B. HOLLAND,
Contador, conselheiro de empresas,
vice-presidente de Governança
Corporativa da Anefac (Associação
dos Executivos de Finanças,
Administração e Contabilidade).*

Na Prodep você faz sua atualização e aperfeiçoamento profissional sem precisar ler uma Biblioteca inteira...

Mais de 26 anos de experiência ministrando Cursos nas áreas **Contábil, Fiscal e Administração de Pessoal**, sempre com as últimas alterações da Legislação Empresarial.

- ✦ Instrutores especializados com conhecimento teórico e prático
- ✦ Turmas com número reduzido de participantes
- ✦ Salas adequadamente equipadas
- ✦ Facilidade para hospedagem em hotéis próximos
- ✦ Fácil acesso (próx. ao Metrô Paraíso)
- ✦ Estacionamento com convênio
- ✦ Treinamentos In Company

26 ANOS TREINANDO PROFISSIONAIS

prodep®
PREPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL S/S LTDA.

R. Correia Dias, 352 (Metrô Paraíso)
04104-001 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5539-1112

Confira nossa programação no site: **www.prodep.com.br**



A NOVA COMPETITIVIDADE

A busca frenética por maior competitividade é uma luta neurótica por parte de muitos profissionais. O sujeito acorda, come e dorme pensando em como melhorar os resultados da sua empresa e ainda sonha em atingir ou extrapolar suas metas.

É certo que não basta mais ser competitivo somente pelo método usual, ou seja, pelo tripé preço, qualidade/tecnologia e serviços. Estes três itens não perderam sua importância e relevância e a competitividade usual é extremamente importante sendo a base de sobrevivência de qualquer negócio.

O que gera crescimento sustentável e a longevidade da sua empresa está ligado ao que chamo de nova competitividade, ou seja, um novo padrão de excelência, crenças, postura

e, principalmente, comportamentos, quando as lideranças devem ser o maior exemplo.

Vejam alguns pontos da nova competitividade e como isso ajuda na sua organização e na sua carreira.

Gestão do capital intelectual. O tema é atual e a teoria esplêndida, mas a prática deixa muito a desejar. Como gerir o capital intelectual de uma empresa onde muitas delas ainda não conseguem nem sequer manter os dados atualizados de seus clientes? Lembro que o capital intelectual também inclui fornecedores, parceiros, clientes e comunidade. Quantos profissionais com curso superior ainda estão em funções rotineiras? Ou quantos estudam a vida inteira uma nova língua e nunca a praticam? A questão, o maior desafio é organizar o capital

intelectual e criar novos fatos, deixar a criatividade fluir, dar mais espaço para novos projetos e talentos, valorizando quem os sugeriu e negociando a sua implantação.

Gestão do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Sim, gestão! Enquanto as empresas ficarem somente no discurso de que é preciso maior qualidade de vida, os resultados continuarão os mesmos: pessoas estressadas, esgotadas, alta rotatividade e altos custos com planos de saúde. É tudo o que ninguém quer! A nova competitividade está baseada no talento humano, no conhecimento, na inovação e criatividade, mas tenho a impressão de que a maioria das empresas prefere matar a galinha dos ovos de ouro – a saúde de seus profissionais e seus relacionamentos amorosos e





Interagir com a comunidade, contribuir para o desenvolvimento de bons valores, da ética e da educação é investimento de longo prazo, mas com retorno garantido.



familiares. As empresas devem investir na qualidade do trabalho e não apenas nas horas trabalhadas. E o governo não pode continuar atrasando a reforma trabalhista necessária para flexibilizar a relação capital – trabalho. Tenha a certeza de que vale a pena implantar programas de qualidade de vida para seus colaboradores.

Investir na cidadania. Só seremos um país de primeiro mundo quando tivermos um povo de primeiro mundo. O governo não faz, ou faz muito pouco e mal feito, então não tem jeito. Esse papel terá de ser cumprido pelas empresas. Não me parece justo, mas não vejo outra solução mais efetiva, pelo menos a curto prazo. Interagir com a comunidade, contribuir para o desenvolvimento de bons valores, da ética e da educação é sempre um

investimento de longo prazo, mas com retorno garantido. Afinal, são as pessoas que formamos hoje que serão nossos consumidores e o diferencial competitivo no futuro. Proporcionar acesso a atividades culturais e esportivas desenvolve maior senso crítico e é a base de qualquer país de primeiro mundo.

A nova competitividade está, em minha opinião, baseada nos pontos acima, e sei que é um caminho longo, árduo, cheio de desafios, mas também de recompensas.

Pois como diria o publicitário Nizan Guanaes: “Pensar em todos é a melhor maneira de pensar em si”.

PAULO ARAÚJO
Escritor.


e-contab[®]

Você ainda está em dúvida que o nosso plano é um bom negócio?

Você não precisa mais pagar **Manutenção Mensal** para ter ótimos sistemas e atendimento personalizado

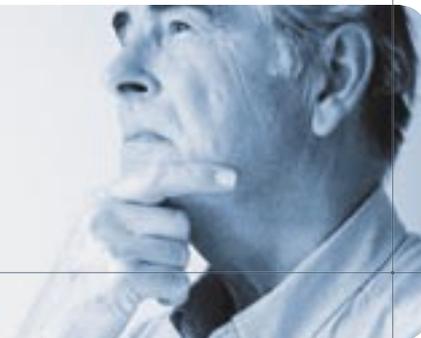
Contabilidade | Folha de Pagamento | Fiscal | Adm. de Escritório | PPP

DOWNLOAD GRATUITO PARA TESTES

www.e-contab.com.br

São Paulo 11 2626-1962
SP Interior 19 3525-6600

Teste os sistemas com apoio do nosso suporte e o programa de **suporte via ramal** (sem custo de ligação)



O PREÇO DA SOBREVIVÊNCIA

O aumento da expectativa de vida dos idosos vem sendo divulgado como uma das grandes conquistas das sociedades modernas, inclusive no Brasil. Mas, ao lado de significar um inegável avanço nas relações humanas, esse fenômeno traz consigo o debate mais intenso sobre o financiamento dos benefícios sociais à massa idosa, onerando orçamentos públicos e de forma substantiva.

Já nem se fala, somente, dos impactos que o aumento da expectativa de vida impõe sobre a previdência social, onde as rendas vitalícias têm de ser mantidas por períodos mais longos quando as regras para concessão não são prontamente adaptadas, postergando-se as idades de entrada em aposentadoria. A Europa fez isso já há muitos anos, mas contando com a colaboração dos baixos níveis de natalidade, fazendo com que a disputa pelos empregos pudesse ser menos problemática. Na América Latina, a postergação das idades de entrada em aposentadoria tem influência maior no mercado de trabalho já combalido.

Nos Estados Unidos, a reforma da seguridade social revela preocupações



Na América Latina, a postergação das idades de entrada em aposentadoria tem influência maior no mercado de trabalho já combalido.



mais importantes com a necessidade de financiamento crescente dos gastos com a assistência à saúde gerada pelo aumento da expectativa de vida. A conclusão é simples: viver mais custa

caro. O mais problemático é que a população idosa, hoje beneficiada pelos programas sociais, viveu a época do mutualismo e espera que sua proteção tenha origem no mesmo sistema.

As gerações jovens, trabalhadoras, financiadoras potenciais e principais do sistema mutual, já começam a discutir, senão a contestar, sua efetiva responsabilidade para com as gerações anteriores. As teorias modernas, neoliberais, são tendentes aos seguros individuais, onde cada um poupa para si próprio. Nestes termos, em algum momento, se essa teoria surgir repentinamente, os idosos estarão irremediavelmente desamparados, à mercê de orçamentos públicos mais modestos. De outro lado, num sistema de transição, os jovens terão que arcar em dobro, pois além de proverem suas próprias poupanças para o futuro, terão que continuar sustentando, por um tempo, a manutenção do mutualismo.

Uma das teses de sustentação neoliberal, apresentada ao Congresso Americano, nas discussões sobre o orçamento público para 2006, mostrou uma preocupação paralela de impacto sobre a economia, na hipótese das populações jovens continuarem a financiar esses

custos, enfatizando que a canalização de recursos crescentes para os seguros sociais estaria reduzindo a força de consumo e produzindo um fator negativo ao crescimento econômico. Efetivamente, nesse mesmo trabalho, mostrava-se que o custo atual do seguro social americano, englobando a previdência e o sistema de saúde, de US\$ 900 bilhões, corresponde a 7,8% do PIB e, nos próximos 25 anos, atingirá o nível de 15% do PIB. E a previdência, hoje responsável por pouco mais de 50% desse montante, não representará mais que 1/3 em um quarto de século.

O Brasil tem um modelo de seguro social bem comparável ao dos americanos. Temos a previdência social pública, a previdência privada, temos a saúde pública e a saúde privada. Comparativamente, nosso seguro

social público, financiado em parte pelas contribuições sociais e em parte por impostos, já custa mais de R\$ 100 bilhões por ano, o que iguala a fatia que separamos de nosso PIB à fatia americana.

Já praticamos algumas reformas importantes na Previdência, com a adoção de critérios etários nas concessões, mas nosso sistema ainda carece da imposição de limites máximos nos benefícios, mais compatíveis com a renda média do todo populacional, inclusive no funcionalismo público. Mas é na área da saúde, entretanto, onde hoje a participação pública representa apenas 38% do todo assistencial, que o exemplo americano pode sugerir impactos significativos para o futuro.

Enquanto o custo *per capita* com a Previdência tende à estabilidade, ou até à redução com novas reformas,

o custo da assistência médica cresce de forma real e há poucas chances da assistência privada evoluir além dos 62% de hoje. Há, portanto, uma tendência de majoração nos custos do seguro público.

O tom que se tem dado à necessidade de nova reforma previdenciária talvez deva ser menos grave que o reclamado, preventivamente, na área da saúde.

PAULO MENTE

Economista, com especialização em mercado de capitais, ex-presidente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada).

SOLUÇÃO CONTÁBIL INTEGRADA ALTERDATA

Milhares de empresas optaram por aumentar sua lucratividade com a Solução Contábil Alterdata em 2006.

Faça o mesmo em 2007. Conheça nossa solução.

ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

0800-704-1418
www.alterdata.com.br

Verifique as condições de compra pelo Cartão BNDES

Filiais e Representações em: AL - Maceió • AM - Manaus • BA - Feira de Santana, Salvador, Vitória da Conquista • CE - Fortaleza • DF - Brasília • ES - Cachoeira de Itapemirim, Linhares, Vitória • GO - Goiânia • MA - São Luís • MG - Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia • MS - Campo Grande • MT - Cuiabá • PA - Belém, Castanhal • PB - João Pessoa • PE - Petrolina, Recife • PI - Curitiba, Londrina • RJ - Angra dos Reis, Araruama, Campos, Duque de Caxias, Itaperuna, Macaé, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, Teresopolis, Volta Redonda • RN - Natal • RS - Lajeado, Passo Fundo, Porto Alegre • SC - Florianópolis • SE - Aracaju • SP - Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba

O CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE COOPERATIVA DIANTE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE E DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

O capital social, como em outros tipos de sociedade, corresponde aos recursos investidos na sociedade cooperativa pelos associados cooperados. A exemplo do que ocorre na sociedade limitada hoje, com o Novo Código Civil, Sociedade Empresária ou Sociedade Simples, na Sociedade Cooperativa (incluída como sociedade simples, mas com legislação específica –Lei nº 5.764/71) o capital é dividido em quotas –partes cujo valor unitário da quota-parte não poderá ser superior ao salário mínimo vigente no país; na prática o valor unitário da quota-parte corresponde a R\$ 1,00.

O estatuto social estabelece a quantidade mínima que cada cooperado deve subscrever e, conforme a Lei nº 5.764/71, estabelece que o associado poderá subscrever, no máximo, até 1/3 do total do capital social. Salvo nas sociedades em que a subscrição deva guardar proporcionalidade ao movimento financeiro ou quantitativo do cooperado, neste caso, deverá haver previsão em seus estatutos de revisões periódicas com o intuito de ajustar a participação das quotas-partes ao total da atual movimentação.

A única vantagem que pode ser atribuída ao capital, se assim dispuserem os estatutos da cooperativa, se é que podemos chamar de vantagem, é a distribuição de juros de até 12% ao ano sobre o capital integralizado, ainda assim pouco atrativa. Nem mesmo o poder de administração da sociedade



é atribuído às quotas-partes, portanto, independentemente da participação do seu capital social, cada associado tem direito a um voto nas assembleias.

É muito importante observar que, quando o associado sai, é a cooperativa que desembolsa o valor do capital social para o cooperado, descapitalizando-a. No caso de uma sociedade anônima, por exemplo, o sócio que se desligar vende as suas ações no mercado; ou no caso de uma sociedade empresária limitada ou sociedade simples, o sócio retirante transfere para o outro sócio, sem haver necessariamente uma descapitalização da sociedade.

Diante desta observação, os cooperados consideram a integralização do capital social somente como uma obrigação, devendo as cooperativas demonstrar que a necessidade do capital social é para lhes dar melhores condições de trabalho. Neste caso, as cooperativas devem viabilizar um sistema de capitalização para melhorar o atendimento aos próprios associados, aumentando os postos e suas condições de trabalho. Muitas cooperativas utilizam parte das sobras do exercício, com aprovação da Assembleia Geral, retendo a distribuição, para aumento de capital social, e reforçando o capital de giro, muitas vezes, até frustrando os cooperados.

A NBC T 10.8 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica) reforça a contabilização, quanto ao capital social, demonstrando uma das características da Sociedade Cooperativa: a sua va-



riabilidade. Quando é admitido novo cooperado, o capital social subscrito aumenta e, com o desligamento do cooperado, diminui. O estatuto social da cooperativa também estabelece o prazo de devolução, que ocorre após aprovação das contas do exercício, durante a Assembléia Geral Ordinária.

A NIIF (Normas Internacionais de Informação Financeira), a NIC 32, no item Interpretação CINIIF 2, contribuições de associados de entidades cooperativas e instrumentos similares, contém requisitos que classificam o valor do capital social, no grupo do patrimônio líquido ou no passivo financeiro.

Mensalmente, nos seus demonstrativos contábeis, a cooperativa deverá apresentar e informar parte do

capital social na conta do patrimônio líquido (cooperados ativos) e parte dos cooperados que se demitiram, transferir para o passivo financeiro – grupo exigível a curto prazo, que será devolvido, conforme os estatutos sociais, após a aprovação das contas do respectivo exercício.

Com o critério acima, embasado no instrumento legal dos estatutos sociais das cooperativas, na sua forma de devolução, os Contabilistas estarão atendendo, com transparência, a uma das normas de informação financeira.

MASSAO HASHIMOTO
Contador

A diferença entre a Pequena Empresa e a empresa pequena é a capacidade de planejamento e gestão de seu administrador!



A Add Tools, SAP Business Partner, apresenta o ERP **SAP Business One**. Elaborado para as Pequenas Empresas que querem crescer, integra Finanças, Vendas, Serviços, Compras, Estoques e Fabricação. Implantado em mais de 40 países, agrega 34 anos de evolução tecnológica e de processos.



addtools

Add Tools Software Ltda.
R. Pequetta, 145 – 6º andar – V. Olímpia
04552-060 – São Paulo – SP
F. 11 3054-0106 - www.addtools.com.br

O SAP Business One tem o tamanho de sua empresa e cabe no seu bolso!

Atuamos no mercado brasileiro desde 1993 em Consultoria Organizacional e de Processos, Rentabilidade de Produtos e Clientes, Custeio ABC, Planejamento, Orçamento e Avaliação de Capital Humano, integrados com desenvolvimento e implementação das melhores ferramentas de TI. Consulte-nos.

CHANNEL™
SAP
PARTNER



POR QUE FALTAM JOVENS TALENTOS?

No ambiente das organizações, que precisam compreender e se adaptar rapidamente às mudanças que garantem a sobrevivência de uma empresa, busca-se um novo perfil profissional. Mais do que bons técnicos administrativos espera-se que os líderes possuam criatividade e flexibilidade, entre outras habilidades. Mas reunir todas ou boa parte destas competências é o grande desafio do momento.

Em 1990, iniciavam-se os primeiros programas de *trainees*, ou de talentos, em que empresas investiam alto em processos seletivos rigorosos, com duração mínima de três meses, com o objetivo de escolherem os melhores recém-formados que, além de possuírem um bom nível cultural, apresentassem, durante as etapas do processo, competências que facilitassem seu desenvolvimento dentro da empresa. Assim que aprovados, a empresa investia mais uma boa verba para iniciarem o programa que, geralmente, tinha duração mínima de um ano.

Eram realizados treinamentos técnicos e comportamentais e um *job rotation* com a finalidade do recém-

contratado conhecer diversas áreas da empresa e desenvolver uma visão generalista do processo para assumir uma posição de destaque no término do programa.

Mas os problemas surgiam quando algumas empresas não conseguiam cumprir o programa proposto, o que gerava grande insatisfação no jovem ambicioso. Além disso, tais “jovens potenciais em pleno desenvolvimento” passaram a ser assediados e receber outras propostas de recolocação e, muitas vezes, nem terminavam o programa na empresa onde iniciaram.

Mesmo com estas dificuldades, várias empresas mantiveram estes programas que ainda são bem atraentes aos olhos dos recém-formados. Algumas empresas remodelaram sua estratégia de seleção e o conteúdo do programa de desenvolvimento objetivando a retenção desses “talentos”.

Acompanhando os últimos artigos publicados em várias revistas, notei que muitos empresários passaram a queixar-se da dificuldade de hoje identificar jovens com talentos nos processos seletivos. Muitas vezes, as empresas não conseguem fechar o



Se não houver um movimento na área da educação, com certeza, as empresas terão cada vez mais dificuldades em encontrar talentos.



número de vagas abertas por falta de bons candidatos.

Então questiono: o que aconteceu? Será que os níveis das graduações estão deixando a desejar? Ou os universitários estão presos à teoria, e não à prática,

do que a graduação lhe propõe? Ou mais, as mudanças são realmente tão hábeis e diversas, que nem chegam aos universitários, que ao candidatarem-se aos famosos programas de *trainees* são surpreendidos com questões, dinâmicas, jogos empresariais, atividades estas que não fazem parte da grade de ensino de quase nenhum curso?

Bom, sabemos que no Brasil es-perteza não falta, ao se notar que esta dificuldade passou a reduzir o número de aprovados. Hoje, existem cursinhos preparatórios para que o universitário seja treinado para enfrentar a maratona dos processos seletivos lançados geralmente no segundo semestre do ano.

Mesmo assim, não há como uma pessoa com pouca vivência empresarial expressar tantas competências e habilidades nos vários processos em que se inscreve, rodeado de concorrentes e sendo observado pelos avaliadores. Chega ao stress.

Já que empresas multinacionais com unidades no Brasil e empresas nacionais buscam e prezam tanto este perfil chamado de "talento", está aí um grande desafio para as instituições de ensino, pois para chegar a este nível de preparação do jovem universitário é necessária a quebra de paradigmas

dos modelos de ensino. É preciso que as instituições agreguem o desenvolvimento de módulos comportamentais, para o desenvolvimento da inteligência emocional, do autoconhecimento, apontar o que é subjetivo e o que é intuitivo. Implementar novos conceitos de metodologias não basta. É necessário rever o conteúdo da grade curricular. O modelo expositivo-auditivo não basta para o desenvolvimento de comportamento, pois esta aquisição depende de vivência, mesmo que simulada.

Em outros países já existem experiências que reúnem aulas tradicionais com exercícios de integração, dinâmica e jogos empresariais. O objetivo é estimular o desenvolvimento de todas as capacidades e habilidades, como exercícios voltados para criatividade, memorização, comunicação em público, equilíbrio emocional, entre muitos outros aspectos que proporcionam o auto-conhecimento, acompanhados por profissionais que os estimulam à reflexão e posteriormente à discussão das experiências vivenciadas, nos exercícios onde os participantes dividem suas emoções com os outros jovens e com os facilitadores, que conduzem os exercícios e dão *feedback* no fechamento.



Concluo, então, que a prioridade deveria ser a reformulação nas grades do ensino universitário, porque sem os desafios simulados por meio dos exercícios situacionais e comportamentais, os estudantes das universidades não poderão se dar conta das suas competências natas e das que devem ser desenvolvidas.

Cabe esta reflexão: se não houver um movimento na área da educação, com certeza, as empresas terão cada vez mais dificuldades em encontrar "talentos" com os requisitos que almejam para oxigenar seu quadro de pessoal e se manterem na vanguarda.

*MARIA PAULA BARTOLOZZI
ASTRAUSKAS
Psicóloga.*

CONTABILIDADE:

Não basta ser on-line, tem que ser segura e produtiva!

SOMA ERP - Sistema de Gestão Empresarial

Nosso módulo de contabilidade é o único "for WINDOWS" com a mesma produtividade do ambiente "MS-DOS"!

Mouse tem que ser opção e não obrigação!

SOMA ERP - Módulos Integrados

- Financeiro
- Compras
- Estoque
- Faturamento / NF-e
- Serviços / Administrador de contratos com faturamento programado
- Fiscal
- Contábil

Workflow

- Sua agenda de tarefas on-line!

Gerador de Relatórios

- Você decide o que fazer!
- Relatórios personalizados



**BRASIL
INFORMÁTICA**

(11) 2176-8899
vendas@brasil-info.com.br
www.brasil-info.com.br

CRC SP INFORMATIZA O PLENÁRIO PARA AGILIZAR TRABALHOS



A informatização traz economia de papel.

A tarde do dia 7 de maio de 2007 reservava uma grande surpresa para os conselheiros do CRC SP. Era dia de sessão plenária e ao se dirigirem ao 1º andar, onde está situado o Plenário, os 36 conselheiros encontraram, no lugar das pilhas de papel que são usadas em todas as reuniões, um monitor de computador.

Começou, assim, a informatização do Plenário do CRC SP, fruto do trabalho de quase um ano, desenvolvido pelo TI (Departamento de Tecnologia da Informação) e pela Comissão de Informática do CRC SP, sob a coordenação da conselheira Marcia Ruiz Alcazar e a supervisão do vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello.

O moderno sistema de informatização é composto por monitores, teclados e mini-mouses, sendo que o servidor está localizado no

TI. Os conselheiros poderão acessar os serviços online do Portal do CRC SP, terão e-mail e os programas Word, Excel, Power Point e Acrobat Reader.

O gerente do TI fez uma exposição aos conselheiros, lembrando que, por não ter HD ou CD, o material terá

mais facilidade de manutenção, portanto, uma vida útil mais longa.

O vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello, disse que a informatização do Plenário é um marco histórico do CRC SP, pois agiliza os trabalhos e acaba com a manipulação de papéis.

“Agilidade, facilidade de acessar documentos e economia de papel são os pontos fortes da informatização”, enfatizou Sergio Prado. “Além de facilitar o trabalho dos conselheiros, estamos colaborando com a economia de papel, importante passo para quem está preocupado com o meio ambiente do planeta.”

As novidades da informática no CRC SP não param por aí: brevemente, as salas onde as Câmaras se reúnem receberão o mesmo tipo de material e o plenário terá uma tela maior para todos poderem acompanhar os textos das atas discutidos pelos conselheiros durante a plenária.



Os conselheiros acessarão documentos com mais rapidez.



20 Anos com a
Classe Contábil

CONTMATIC PHOENIX



Soluções Inteligentes de Alta Tecnologia

SOFTWARES PHOENIX

ESCRITA G5 PHOENIX

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Seller dos sistemas de livros fiscais.

FOLHA PHOENIX

Folha de Pagamento que incorpora uma inovadora engenharia de modo a configurá-la às necessidades de sua empresa.

Jr IRPJ PHOENIX

Tudo fica mais simples para quem utiliza o Jr. Até mesmo o lucro presumido.

CONTÁBIL PHOENIX

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de contabilidade geral, mas que incorpora as principais características gerenciais.

ADM CALC PHOENIX

O Adm Calc é um sistema com diversos recursos como protocolo de documentos, boletos, recibos e muito mais.

GESCON PHOENIX

Financeiro, contas a pagar e receber, fluxo de caixa, boletos, recibos, notas fiscais, protocolos, controle de atendimento e fluxo de trabalho, cálculo de lucratividade. Totalmente integrado aos sistemas Contmatic Phoenix.

S R I PHOENIX

Além de enviar relatórios/documentos de arrecadação pela internet, você gerencia e controla tudo o que foi enviado e recebido.

Gratuito para Clientes Contmatic.

E N F S PHOENIX

Assim como toda linha Contmatic Phoenix, totalmente integrado ao sistema de Escrita Fiscal G5 Phoenix.

Gratuito para Clientes Contmatic.

CURSOS

CEAD PHOENIX

Os cursos do CEAD visam aperfeiçoar, qualificar e capacitar os treinandos. Os cursos destinam-se gratuitamente aos usuários Contmatic. Porém se você ainda não é nosso cliente, ligue agora e confira nossa grade de cursos e seus respectivos valores.

CONSULTORIA

LEGALMATIC PHOENIX

O Legalmatic é um serviço de Consultoria On-Line gratuita disponível a todos os nossos usuários. Possui um acervo de legislações da área contábil, tributária, trabalhista e previdenciária.

INTERNET

Lançamento

WEB PHOENIX

Integração Escritório-Cliente
Via Internet

Novamente nossos clientes saem na frente utilizando tecnologia de ponta. O Web Phoenix permite aos clientes enviar relatórios pela internet, permite digitar lançamentos no cliente, o servidor do escritório não precisa estar ligado. Um Show de Tecnologia.

Prêmios

Prêmio
Personalidade
do Ano 2006



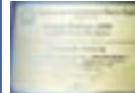
Prêmio Centenário
Rotary Club



Prêmio Sócio Benemérito



Empresa Destaque



Empresário:

Contrate alunos do IDEPAC.

www.idepac.org.br

Um Gesto de Solidariedade e Cidadania



Responsabilidade Social Contmatic

"A Responsabilidade Social Empresarial da Contmatic Phoenix, faz incorporar na nossa gestão de negócios, compromissos com nosso público de relacionamento, clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade e governos a fim de termos uma sociedade mais justa, solidária e promissora, com base no desenvolvimento sustentável.

Afinal, O Mundo tem Jeito. Esse é o nosso Jeito."

Sérgio Contente - Deus Seja Louvado.



IDEPAC - Instituto de Desenvolvimento Profissional Amigos Contabilistas, Empresários, Liberais e Informática

www.contmatic.com.br

Matriz:

Rua Padre Estevão Pernet, 215 - Tatuapé
São Paulo - SP - Cep 03315-000
Fone / Fax: (11) 6942-6723

Filiais:

- ✓ Campinas (19) 3213-7007
- ✓ São José dos Campos (12) 3921-0888
- ✓ Marília (14) 3454-7774
- ✓ São José do Rio Preto (17) 3222-6710
- ✓ Ribeirão Preto (16) 3967-3536

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL MERECE CUIDADOS NO DIA-A-DIA

No desempenho de sua atribuição de fiscalizar o exercício da profissão contábil, o Departamento de Fiscalização do CRC SP tem se deparado com uma situação que merece a devida divulgação e a transmissão de orientações para prevenir a ocorrência.

Existe, atualmente, no Departamento de Fiscalização um total de 588 denúncias atribuídas a escritórios e Contabilistas. O que chama mais a atenção é a natureza das denúncias: 34% são de irregularidades nas Demonstrações Contábeis; 20% de apropriação indevida de valores; 19% de retenção de documentos e os 27% restantes são de outras ocorrências.

Estes fatos, com certeza, podem ser evitados, se o Contabilista tomar alguns cuidados e procurar observar a legislação vigente, que está disponível no Portal do CRC SP: www.crcsp.org.br.

O prestador de serviços contábeis deve, primeiramente, firmar por escrito, com todos os seus clientes, o Contrato de Prestação de Serviços,

em conformidade com a Resolução CFC nº 987/03. Depois de assinado esse contrato e iniciada a efetiva execução dos trabalhos, o Contabilista deve emitir recibos, protocolos e outros documentos que garantam que o serviço está sendo feito.

Na realização dos trabalhos, deve-se levar em conta a finalidade do Código de Ética, que é a de deixar explícito o comportamento considerado aceitável para os profissionais da Contabilidade.

Assim como determina o artigo 1º da Resolução CFC nº 803/96, que tem por objetivo “fixar a forma pela qual se deve conduzir os Contabilistas, quando no exercício profissional”, o exercente da Contabilidade deve seguir uma diretriz ética na elaboração dos trabalhos ou na relação com outros profissionais.

O Código aborda também os deveres e proibições dos Contabilistas no exercício da profissão. Os deveres estão previstos no artigo 2º, incisos I a IX, da Resolução CFC nº 803/96,

válidos para todas as modalidades de prestação de serviços contábeis, seja como autônomo, empregado ou empregador, definindo os princípios e valores fundamentais que devem ser observados pelos Contabilistas.

Também existem regras para a execução das atividades profissionais dos Contabilistas. No artigo 3º, incisos I a XXII, da mesma Resolução, estão explicitadas as vedações aos Contabilistas no desempenho de suas funções profissionais, independentemente da modalidade em que o serviço estiver sendo prestado.

Quanto à correta realização das Demonstrações Contábeis, deve o profissional contábil sempre observar a Resolução CFC nº 751/93, que dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

De acordo com a Resolução CFC nº 751/93, artigo 2º, as Normas classificam-se em Profissionais e Técnicas, sendo enumeradas sequencialmente:

§ 1º As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.



§ 2º As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T.

Art. 3º As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) podem ser detalhadas através de Interpretações Técnicas que, se necessárias, incluirão exemplos.

Parágrafo único. As Interpretações Técnicas são identificadas pelo código da NBC a que se referem, seguido de hífen, sigla IT e numeração seqüencial.

Art. 4º O Conselho Federal de Contabilidade poderá emitir Comunicados Técnicos quando ocorrerem situações decorrentes de atos governamentais que afe-



tem, transitoriamente, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Parágrafo único. Os Comunicados Técnicos são identificados pela sigla CT, seguida de hífen e numeração seqüencial.

Art. 5º A inobservância de Norma

Brasileira de Contabilidade constitui infração disciplinar, sujeita às penalidades previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do artigo 27 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Otimize suas rotinas
Fiscais,
Contábeis
e Trabalhistas
e tenha mais tempo
para aproveitar
os bons momentos da vida.

Cuca Fresca

Solicite uma apresentação: - www.cucafresca.com.br - (14) 2105 9000

CÂMARA E COMISSÕES DO CRC SP PROMOVEM DIVERSAS AÇÕES

O CRC SP investe cada vez mais em desenvolvimento profissional e pessoal e em ações sociais. Veja algumas das atividades desenvolvidas pela Câmara e por Comissões da entidade.

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O cronograma para o primeiro semestre de 2007, formatado pelos membros da Câmara de Desenvolvimento Profissional, tem o objetivo de atender a diversos segmentos como empresários da Contabilidade, Auditores, Contabilistas de empresas e autônomos.

Nas atividades promovidas, em parceria com o Sescon de São Paulo, Campinas e Santos e com os Sindicatos dos Contabilistas, houve enfoque na projeção da profissão contábil e do Contabilista, bem como no aperfeiçoamento profissional dos professores de Ciências Contábeis. Sessenta docentes participaram de seminários para coordenadores e professores da Contabilidade, que ocorreram em São Paulo e que serão também organizados em cidades do interior do Estado.

Para o segundo semestre, a Câmara está elaborando um cronograma com foco nas áreas pública, agropastoril, de Perícia, de tecnologia da informação voltada para Contabilidade digital, da ética profissional, entre outras.

COMISSÃO DO CICLO DE DEBATES CONTÁBEIS

A Comissão do Ciclo de Debates Contábeis está promovendo visitas aos Centros de Estudos, organizados pelos Sindicatos dos Contabilistas, no Estado de São Paulo. Desde janeiro de 2007, a Comissão já promoveu debates nas cidades de Bauru, Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos e Sorocaba. No total, mais de 640 Contabilistas já participaram dos debates.

Valorizando sempre a discussão de temas atuais e de interesse dos profissionais contábeis, nos últimos encontros, o assunto de maior destaque foi a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

O cronograma de debates programados está disponibilizado no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br).

COMISSÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Também conhecida como CRC Social, a Comissão de Projetos Sociais está reeditando a cartilha “Uma ação que vale um milhão”, para ser relançada ainda no primeiro semestre de 2007. Além do envolvimento das Entidades Congraçadas (CRC SP, Fecontesp, Sindcont-SP, Sescon-SP, Aescon-SP, Ibracon 5ª Seção Regional e Apejesp), o projeto tem o apoio da Receita Federal.

O CRC Social também está promovendo ações para capacitação de profissionais visando à prestação de contas para entidades do Terceiro Setor. O objetivo é qualificar profissionais para garantir serviços mais eficientes e, conseqüentemente, ocasionar melhoras na gestão. Seminários sobre o tema já ocorreram em São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. Mais de 500 pessoas já participaram das atividades realizadas.

As atividades continuarão durante o segundo semestre de 2007. Informações sobre datas e locais poderão ser obtidas no Portal do CRC SP.

COMISSÃO CRC JOVEM

Com o intuito de dar maior visibilidade aos trabalhos dos alunos de Contabilidade, foi criado o projeto “CRC Jovem destaca talentos” para divulgar as pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas instituições de ensino de Ciências Contábeis.

Os trabalhos selecionados serão publicados, semanalmente, no site do CRC Jovem, conforme a ordem de chegada. Para incentivar a relação entre alunos e docentes, os professores serão encarregados de encaminhar os trabalhos para a Comissão CRC Jovem.

Os autores dos trabalhos publicados e seus respectivos professores serão convidados a participar de atividades do CRC SP, ocasião em que receberão certificados pela sua contribuição.

Para atender às demandas específicas de cada região do Estado de São Paulo, o CRC Jovem está instituindo subcomissões em diversas cidades. Já foram instalados grupos em Araçatuba, Bauru, Campinas, Grande ABCD, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba. Na Grande São Paulo, foi criada uma subcomissão para atender às faculdades da Zona Norte de São Paulo e dos municípios de Guarulhos e Osasco.

Outras subcomissões serão instaladas em Araraquara, São João da Boa Vista, Jundiaí, Santos e São José dos Campos, além de uma segunda subcomissão para a Grande São Paulo, que atenderá às Zonas Oeste, Leste e Sul.

Até o momento, 42 instituições de ensino superior colaboram na implementação desses grupos.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA

Seguindo a Resolução CFC nº 1.074/06, que dá nova redação à NBC P 4, a Comissão de Educação Profissional Continuada analisou diversos cursos para o Programa.

No Estado de São Paulo foram revalidados 717 cursos. Houve 132 credenciamentos para novos cursos, eventos e seminários. No nível estadual, 849 estão aptos para contribuir com o programa de Educação Profissional Continuada. Três capacitadoras foram credenciadas em 2007 e a soma total passou a ser de 49, incluindo o CRC SP e o Ibracon 5ª Seção Regional.

Durante o ano de 2006, 1280 profissionais cumpriram o mínimo de horas estabelecido pela Resolução CFC nº 1.074/06.

Etiquetas com Código de Barras ou Numeradas para Patrimônio ou Logística.

NOS MATERIAIS:

Alumínio, Aço Inox, Poliéster e Trans-Therm.



INDEMETAL® Etiquetas

R. Eloy Ricci, 272 - Vila Bandeirantes - Itu-SP - Cep 13.313-201
Fone: 11 - 4013.9600 e-mail: etiquetas@indemetal.com.br



CRC SP E CDT ASSINAM CONVÊNIO PARA AGILIZAR REGISTROS

O CRC SP firmou convênio com o CDT (Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos), no dia 28 de maio de 2007, para instalação de um posto de atendimento aos Contabilistas registrados e adimplentes, na sede do Conselho.

Os objetivos do acordo são a agilização nos registros e a regularização das sociedades em geral. Além disso, busca-se a valorização do profissional contábil e a conseqüente melhoria nos serviços profissionais prestados por Contabilistas à sociedade.

Os Contabilistas poderão usufruir de todos os serviços oferecidos pelo CDT, por meio do convênio com o CRC SP, e também atuar como intermediários dos seus clientes. Os funcionários que atuarão no posto do CDT estarão à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre sociedades.

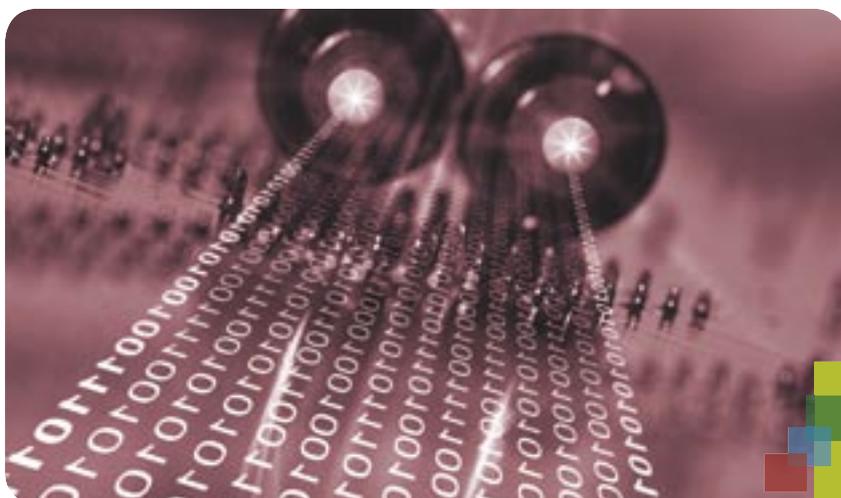


De acordo com os termos do convênio, o CRC SP e o CDT, em comum acordo, deverão elaborar um modelo padrão de contrato social para registro. O CDT compromete-se a efetuar o

registro no prazo máximo de três dias úteis, nos casos em que não houver entidade homônima.

O CDT vai recepcionar os títulos apresentados pelos Contabilistas para registro, as notificações extrajudiciais e as novas pessoas jurídicas (sociedades simples, associações, organizações religiosas e fundações), encaminhá-los para um dos registradores e, após qualificá-los e registrá-los, colocá-los à disposição dos solicitantes.

O CDT agrega os dez cartórios de registro civil de pessoas jurídicas na cidade de São Paulo. Ele foi criado há cinco anos para padronizar os serviços de registro e oferecer mais facilidade para os usuários.



FALTA POUCO PARA A 20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS

A 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo será realizada entre os dias 15 e 17 de agosto de 2007, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi. A expectativa é de que 3500 pessoas participem do maior evento da classe contábil paulista.

Todas as atividades foram definidas com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional dos participantes, sempre seguindo o lema, que, neste ano, é “Contabilidade: excelência na gestão”.

A novidade desta edição é a programação que divide as atividades de acordo com as áreas de atuação em Contabilidade. Confira a programação para a Convenção nas próximas páginas.

Durante os três dias de evento, serão realizadas palestras simultâneas voltadas para Auditoria Externa, Empresas de Contabilidade, Profissionais, Auditoria Interna, Perícia e Área Pública. Isso garante aos profissionais um maior direcionamento à sua área de atuação. No entanto, os Contabilistas inscritos poderão assistir a qualquer atividade que desejarem.

No período da manhã, acontecerão eventos paralelos à Convenção organizados pelas comissões do CRC SP, além de atividades para professores, sobre sindicalismo e um encontro geral de delegados.

Paralelamente às palestras, haverá a Feira de Negócios. Algumas das maiores empresas de *softwares* para a área contábil e editoras especializadas em publicações para a Contabilidade já confirmaram presença. Será uma oportunidade para estabelecer bons contatos profissionais.

As inscrições devem ser feitas via Internet, pelo site oficial do evento (www.convecon.com.br). Quem quiser mais informações ou tiver sugestões para a Convenção pode telefonar para os números 11 3824.5409, 3824.5368 ou 3824.5706. Também é possível entrar em contato pelo e-mail convecon@convecon.com.br.



20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

15 A 17 DE AGOSTO DE 2007 - PALÁCIO DAS CONVENÇÕES DO ANHEMBI - SÃO PAULO - SP

"CONTABILIDADE: EXCELÊNCIA NA GESTÃO"

Abertura

15 de agosto

13h às 18h Credenciamento
Secretaria Pasta, crachá e material técnico

20h Solenidade
Grande Auditório Sessão solene de abertura

20h30 Evento cultural
Grande Auditório Apresentação musical

21h30 Coquetel
Área da Feira de Negócios

Eventos Paralelos

16 de agosto

10h às 12h

CRC Mulher

MULHER: FAZ ACONTECER

Beatriz Zanella Fett
Eunice Aparecida de Jesus Prudente
Maria Clara Cavalcante Bugarim
Lívio Giosa - Mediador

Professores

SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

José Roberto Covac

Eventos Paralelos

17 de agosto

10h às 12h

CRC Social

INCENTIVOS FISCAIS PARA
OS INVESTIMENTOS SOCIAIS

Pedro Ernesto Fabri
Celso Gomes Pegoraro
Geraldo Salvador de Souza

CRC Jovem

TALK SHOW:

CARREIRA DE SUCESSO: PROFISSIONAIS
APAIXONADOS PELO QUE FAZEM

Andrei Lopez Bordin
Marcia Ruiz Alcazar
Entrevistadora: Thais Alves

CNPL - Novo Sindicalismo Mundial

XXXVIII Encontro Geral de Delegados
do CRC SP

20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palestras Simultâneas 16 de agosto

14h às 15h30

Auditoria Externa

A CRIAÇÃO E A FUNÇÃO DO CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS)

Alfried Karl Plöger

Empresas de Contabilidade

A EMPRESA CONTÁBIL COMO OPÇÃO PROFISSIONAL

Renato Francisco Toigo

Profissionais

O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE E A INTELIGÊNCIA FISCAL

João Miguel da Silva

Auditoria Interna

NORMAS INTERNACIONAIS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL, CERTIFICAÇÃO E PROGRAMA DE QUALIDADE DA AUDITORIA INTERNA

José Juarez de Paula Freire
Wagner Roberto Pugliese

Perícia

O FUTURO DA ARBITRAGEM NO BRASIL

Alexandre Palermo Simões

Área Pública

PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS

Ivan Barbosa Rigolin

INTERVALO - 15h30 às 16h30

16h30 às 18h

Auditoria Externa

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CVM

Empresas de Contabilidade

INTEGRAÇÃO FAMÍLIA-EMPRESA

Dimitrios Asvestas

Profissionais

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS CONTABILISTAS

Carlos Roberto Faccina

Auditoria Interna

COSO COMO MODELO DE CONTROLE E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Silvio Alves de Souza

Perícia

NOVOS RUMOS DA PERÍCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Lilian Prado Caldeira

Área Pública

CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO

Moacyr de Araújo Nunes

18h às 19h30

Auditoria Externa

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE ADAPTAÇÃO À LEI SARBANES – OXLEY

André Coutinho

Empresas de Contabilidade

TRIBUTAÇÃO DO TERCEIRO SETOR - IMUNIDADES E ISENÇÕES

Marcos Biasioli

Profissionais

MARKETING PESSOAL E MOTIVACIONAL

Fábio Arruda

Auditoria Interna

AUDITORIA GOVERNAMENTAL - O PAPEL DA CGU (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO) NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO FEDERAL

Nivaldo Germano

Perícia

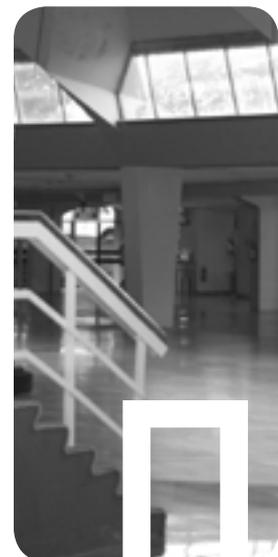
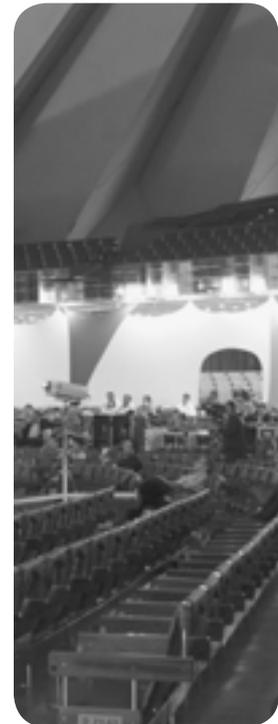
A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE TÉCNICO NA PERÍCIA JUDICIAL

Silvio Simonagio

Área Pública

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - A POLÊMICA DOS RESTOS A PAGAR NAS CONTAS PÚBLICAS

Moacir Marques da Silva



"CONTABILIDADE: EXCELÊNCIA NA GESTÃO"



Palestras Simultâneas

17 de agosto

14h às 15h30

Auditoria Externa

AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FRENTE À ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Empresas de Contabilidade

CASOS DE EMPRESÁRIOS DE SUCESSO

Marco Antonio Pinto de Faria

Profissionais

GOVERNANÇA CONTÁBIL: TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Gilberto Luiz do Amaral

Auditoria Interna

SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Roberval da Silveira Marques
Lino Martins da Silva

Perícia

OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO NA NOVA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

Alexandre Uriel Ortega Duarte

Área Pública

OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Diógenes Gasparini

INTERVALO - 15h30 às 16h30

16h30 às 18h

Auditoria Externa

GOVERNANÇA CORPORATIVA: AS RESPONSABILIDADES DO AUDITOR FRENTE À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS DE AUDITORIA

Ana Maria Elorrieta

Empresas de Contabilidade

A CONTABILIDADE NA OPINIÃO DO GESTOR

Synésio Batista da Costa

Profissionais

A RESPONSABILIDADE LEGAL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NO EXERCÍCIO DE SUA ATIVIDADE

Maria Odete Duque Bertasi

Auditoria Interna

A FUNÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NO PROCESSO DE GOVERNANÇA DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL - PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS

Pesquisa
Audibra/ Bovespa/ CVM/ IBGC

Perícia

A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO BRASIL

Adolpho Braga Neto

Área Pública

PLANO DE CONTAS ÚNICO E CONTA ÚNICA

Paulo Henrique Feijó

18h às 19h30

Palestra de Encerramento

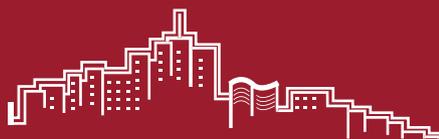
Grande Auditório

20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARTICIPE.

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE:

www.convecon.com.br



20ª CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

15 A 17 DE AGOSTO DE 2007 - PALÁCIO DAS CONVENÇÕES DO ANHEMBI - SAO PAULO - SP

**15 A 17 DE
AGOSTO DE 2007**

**PALÁCIO DAS CONVENÇÕES
DO PARQUE ANHEMBI**

PROWorks

Seu
trabalho
administrado
sem muito
trabalho.

Tudo Sob Controle

Todo estágio de abertura de uma ou várias empresas.
O que tem que ser feito hoje, amanhã e sempre.
Vencimentos e renovações de certidões.
Controle de visitas a órgãos públicos.
Roteiro de trabalho.

- Controle e procedimentos com eficiência e praticidade.
- Facilita a tomada de decisões.
- Flexibilidade no planejamento e rastreamento das fases.
- Inserção detalhada de instruções em cada tarefa.

**Eu uso!
Tenho mais de 700
processos registrados e
controlados.**

LINHA DE PRODUTOS

Folha de Pagamento - Ponto Eletrônico - Gestão Contábil - Latur - RRF - Escrituração Fiscal
Controle de Tributos - CRM - Gestão Comercial - Gestão Financeira - Business Intelligence e
Gerenciamento de Documentos.

Descubra o que podemos fazer
por você e por sua empresa
Solicite uma demonstração
0800 551037
www.prosoft.com.br

Prosoft

Somando soluções para obter resultados.



Márcio Simionato
Diretor Eng. de Contabilidade

NA COMEMORAÇÃO DO DIA DO CONTABILISTA, CRC SP CONCLAMA À EXCELÊNCIA



Diploma de Francisco D'Aúria doado para o Centro de Memória da Contabilidade Paulista.

O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, pediu aos Contabilistas que dêem um passo rumo à excelência na prestação dos serviços contábeis, focando seu trabalho na gestão e consultoria das empresas, participando com mais ênfase das decisões, baseadas nas informações contábeis.

“Somos 2,5 milhões de Contabilistas no mundo, 400 mil no Brasil, 110 mil no Estado de São Paulo. Somos uma grande classe, mas não temos idéia da nossa própria força. Chegou a hora de darmos um passo em direção à participação na sociedade, em todos os sentidos.”

O presidente Balaminit falou a uma platéia, que lotou o auditório do CRC SP, no dia 14 de maio de 2007. A sessão solene comemorou o Dia do Contabilista, festejado em 25 de abril, e contou com a presença de personalidades como o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, que representou o prefeito Gilberto

Kassab; o secretário municipal de Participação e Parceria, Ricardo Montoro; a deputada estadual Célia Leão (PSDB-SP); o conselheiro do CFC, Mauro Manoel Nóbrega, representante da presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; presidentes das Entidades Congraçadas, empresários e convidados.

Marcada pela emoção dos Contabilistas que foram homenageados com medalhas, a solenidade foi aberta com a apresentação do Coral Idepac, formado por jovens da ONG Instituto de Desenvolvimento Profissional.

Em nome das Entidades Congraçadas, o presidente do Ibracon 5ª Seção Regional (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), José Luiz Ribeiro de Carvalho, louvou o clima de conagração da festividade, ao mesmo tempo em que convidava todos a refletirem sobre os desafios que a classe contábil tem à frente.

“São os desafios da educação e da informação, desafios políticos e sociais” – disse o presidente do Ibracon, “que as Entidades Contábeis terão que enfrentar juntas, descobrindo os caminhos para os próximos anos.”

Homenagens – Nas solenidades que festejam o Dia do Contabilista, profissionais ilustres são homenageados com medalhas. A Medalha Joaquim



No centro, o presidente Balaminit e os homenageados: Antonio Marangon, Pedro Natividade Ferreira de Camargo, Emanuel von Lauenstein Massarani e Sérgio Roberto Monello.

Monteiro de Carvalho, criada para agraciar Contabilistas que se distinguiram na militância da profissão contábil, foi oferecida aos Contabilistas Pedro Natividade Ferreira de Camargo e Sérgio Roberto Monello e entregues, respectivamente, pelo vice-presidente de Registro, José Aref Sabbagh Esteves, e pelo vice-presidente de Fiscalização, Domingos Orestes Chiomento.

A Medalha Ernanni Calbucci, oferecida a quem prestou relevantes serviços à classe contábil, foi entregue ao superintendente do Patrimônio Cultural da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani, pelo vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Claudio Avelino MacKnight Filippi.

O presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo, Antonio Marangon, foi o escolhido para receber a Ordem do Mérito Contábil Pedro Pedreschi, entregue pelo vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello.

Em nome dos agraciados, Marangon falou da sua felicidade de ter sido lembrado pelos colegas nessa homenagem, da satisfação de ultra-



A generosidade de Helena Maria Negrini Minto, que doou álbum de fotografias de seu pai, o Contabilista Antenor Minto.

passar obstáculos e contribuir com seu trabalho para os Contabilistas e empresários.

Doações – Um diploma concedido pela Faculdade de Direito de Pernambuco, em 2 de março de 1934, ao ilustre Contabilista Francisco D'Áuria foi um dos presentes recebidos pelo Centro de Memória da Contabilidade Paulista, uma doação do presidente do Sinfac (Sindicato das Sociedades

de Fomento Mercantil - Factoring do Estado de São Paulo), Marcus Jair Garutti, e entregue pelo presidente da Anfac (Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring), Luiz Lemos Leite.

Marcus Jair Garutti lembrou a importância de D'Áuria para a história da Contabilidade. “Em 1925, D'Áuria já proclamava que a Contabilidade era a nova ciência” – disse Garutti. “Ao doar

VOCÊ GOSTARIA DE UM RESULTADO FINANCEIRO EQUIVALENTE A DOBRAR SUAS VENDAS?

**Folha de Pagamento
Contabilidade
Escrituração Fiscal
Controle Patrimonial
Administrador de Escritório**

**ótima relação
custo x benefício**

TEMOS TAMBÉM SOLUÇÃO ERP GESTÃO EMPRESARIAL

www.supersoft.com.br

São Paulo 11 2626-1835
SP Interior 19 3522-8300
Televendas 0800 12 7455

SuperSoft®
S I S T E M A S

Logos: sigec, plenus, MICROSOFT WINDOWS CONTÁBIL, INDES

Controle Patrimonial, Compras/Recebimento, Contabilidade, Controle de Estoque, Controle Financeiro, Escrituração Fiscal, Folha de Pagamento, PPCP (Planejamento, Programação e Controle da Produção), Sac e Assistência Técnica, Controle de Vendas, Custos (Controle de Custos e Formação de Preços), Perfil Profissiográfico Previdenciário.

este documento, cedido por Carlos D'Áuria, sobrinho do Contabilista, o passado se faz presente.”

O Centro de Memória da Contabilidade Paulista recebeu também um álbum de fotografias da primeira turma de bacharéis em Contabilidade, da Faculdade de Ciências Econômicas São Paulo, de 1934, e outro álbum dos formandos do curso de Contadores, do Liceu Coração de Jesus, de 1931.

Os álbuns foram doados por Helena Maria Negrini Minto, filha do então formando, Antenor Negrini. “Onde quer que esteja, meu pai deve estar muito feliz por saber que estas fotos vieram para o CRC SP” – disse Helena. “Ao lado de grandes figuras da Contabilidade, como Milton Improta, que tinha o registro número 2 do CRC SP, e de Frederico Herrmann Júnior, meu pai, que saiu de Taubaté para realizar o sonho de ser Contabilista, exerceu a profissão com muito entusiasmo.”

Pelo social – Os secretários municipais, Ricardo Montoro (Participação e Parceria) e Floriano Pesaro (Assistência e Desenvolvimento Social), lembraram



Balaminit: “Vamos trabalhar o futuro já”.



A deputada estadual Célia Leão e Floriano Pesaro, Balaminit, Ricardo Montoro, Mauro Nóbrega e José Luiz Ribeiro de Carvalho.

que o CRC SP e a Prefeitura de São Paulo assinaram, recentemente, um Termo de Cooperação.

“Por esse Termo” - disse Pesaro, “os Contabilistas poderão informar os contribuintes que é possível doar parte do imposto devido para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, contribuindo para tornar realidade projetos como as creches para 90 mil crianças.”

Para Montoro, São Paulo tem o potencial de arrecadar 400 milhões de reais, que poderão auxiliar crianças e adolescentes. “Com a ajuda dos Contabilistas, que são profissionais em quem confiamos muito” – disse Pesaro, “podemos melhorar a qualidade de vida de São Paulo.”

A deputada estadual Célia Leão parabenizou os Contabilistas pela comemoração de seu dia, “conseqüência de um trabalho que eu aprendi a conhecer como grandioso” – disse ela, “que fez a história passada e que garante o futuro.”

Brasil melhor – Ao encerrar a solenidade, o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, fez um balanço do Planejamento Estratégico implantado em sua gestão, no início de 2006. Ele disse que o Planejamento para os próximos 10 anos prevê a realização de 60 projetos, muitos dos quais já estão sendo implementados.

O presidente enfatizou a importância dos profissionais contábeis, os responsáveis pelas informações, “base das decisões tomadas nas empresas, que devem ter a participação dos Contabilistas.”

O futuro, uma das grandes preocupações de Balaminit, deve começar a ser trabalhado já, com uma visão de mundo, com foco na sustentabilidade e responsabilidade social, pois “a Contabilidade deve ser exercida para melhorar a economia, os índices sociais, o meio ambiente, a qualidade de vida, levando-se em conta a bandeira da excelência, por um Brasil melhor.”

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2006	2005	Passivo e Saldo Patrimonial	2006	2005
Ativo Financeiro	8.808	9.369	Passivo Financeiro	8.823	5.927
Disponibilidades Correntes	540	511	Dívida Flutuante	7.228	4.690
Bancos Conta Movimento	506	488	Restos a Pagar	1.262	109
Bancos Conta Arrecadação	34	23	Depósitos de Diversas Origens	25	18
Disponível Vinc. c/c Bancária	7.951	8.572	Consignações	172	150
Realizável	270	243	Créditos de Terceiros	1	9
Diversos Responsáveis	10	4	Entidades Públicas Credoras	5.768	4.404
Cheques em Cobrança	4	2	Provisões Trabalhistas	1.595	1.237
Adiantamentos de Férias/ VI. Refeição/Transp	141	126	Saldo Patrimonial	53.072	48.678
Entidades Públicas Devedoras	97	68	Patrimônio	53.072	48.678
Devedores da Entidade	18	43			
Resultado Pendente	47	43			
Despesas a Regularizar	18	16			
Emprestimo Compulsório	29	27			
Ativo Permanente	53.087	45.236			
Bens Patrimoniais	21.837	16.570			
Créditos	31.010	28.470			
Anuidades Parceladas	1.786	2.374			
Dívida Ativa	25.524	21.582			
Débitos Integrais	3.275	3.908			
Venda de Imóvel	425	606			
Valores	240	196			
Almoxarifado	240	196			
Ativo Compensado	7	7	Ativo Compensado	7	7
Valores de Terceiros	7	7	Valores de Terceiros	7	7
Total do Ativo	61.902	54.612	Total do Passivo	61.902	54.612



BALANÇO FINANCEIRO

Receita	2006	2005
Orçamentária		
Receitas Correntes	34.359	33.400
Receitas de Capital	407	391
Extra-orçamentária	35.873	25.254
Saldo do exercício anterior	9.084	5.504
Total	79.723	64.549
Despesa	2006	2005
Orçamentária		
Despesas Correntes	31.888	28.536
Despesas de Capital	5.618	1.606
Extra-orçamentária	33.726	25.323
Saldo para o exercício seguinte	8.491	9.084
Total	79.723	64.549

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO VERIFICADO NO PERÍODO

Descrição	2006	2005
Receitas Correntes	34.359	33.400
Receitas de Capital	407	391
Despesas Correntes	(31.888)	(28.536)
Despesas de Capital	(5.618)	(1.606)
Resultado Orçamentário do Exercício	(2.740)	3.649

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Ativas	2006	2005
Dependente da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária	34.766	33.791
Receitas Correntes	34.359	33.400
Receitas de Contribuição	24.284	24.093
Receitas Patrimoniais	1.499	1.477
Receitas de Serviços	678	1.073
Outras Receitas Correntes	7.898	6.757
Receitas de Capital	407	391
Alienação de Bens Móveis	407	391
Mutações Patrimoniais	6.085	11.796
Aquisição de Bens Móveis	1.826	1.103
Construção de Bens Imóveis	3.786	519
Almoxarifado	333	299
Outros Valores	140	706
Débitos Integrais	-	9.169
Total das Dependentes	40.851	45.587
Independente da Execução Orçamentária		
Inscrição da Dívida Ativa	8.246	12.384
Incorporação de Bens Móveis	5	1.809
Incorporação de Bens Imóveis	2	205
Parcelamentos	10.993	10.175
Débitos Integrais	35.575	-
Outros Valores	3.537	2.554
Empréstimo Compulsório	2	2
Almoxarifado	38	58
Total das Independentes	58.398	27.187
Total das Variações Ativas	99.249	72.774
Variações Passivas e Resultado Patrimonial	2006	2005
Dependente da Execução Orçamentária		
Despesa Orçamentária	37.505	30.142
Despesas Correntes	31.888	28.536
Despesas de Custeio	25.215	22.034
Transferências Correntes	6.673	6.502
Despesas de Capital	5.617	1.606
Investimentos	2.117	1.606
Aquisição de Imóveis	3.500	-
Mutações Patrimoniais	31.850	18.629
Cobrança da Dívida Ativa	3.779	4.197
Desincorporação de Bens Móveis	-	16
Alienação de Bens Imóveis	-	429
Parcelamentos	9.061	7.687
Outros Valores	416	1.039
Débitos Integrais	18.594	5.261
Total das Dependentes	69.355	48.771
Independente da Execução Orçamentária	25.498	8.928
Cancelamento da Dívida Ativa	525	538
Desincorporação de Bens Móveis	135	1.882
Alienação de Bens Imóveis	215	826
Parcelamentos	2.522	4.884
Cancelamento de Créditos	17.631	-
Outros Valores	4.144	422
Almoxarifado	326	376
Total das Variações Passivas	94.853	57.699
Resultado Patrimonial		
Superávit	4.396	15.075
Total	99.249	72.774

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

	2006	2005
Saldo dos Exercícios Anteriores	48.678	33.603
Receitas Correntes	34.359	33.400
Receitas de Capital	407	391
Variações Patrimoniais Ativas Dependentes	6.085	11.796
Variações Patrimoniais Ativas Independentes	58.398	27.187
Subtotal	147.927	106.377
Despesas Correntes	(31.888)	(28.536)
Despesas de Capital	(5.617)	(1.606)
Variações Patrimoniais Passivas Dependentes	(31.850)	(18.629)
Variações Patrimoniais Passivas Independentes	(25.498)	(8.928)
Saldo Patrimonial	53.074	48.678

1. ATIVIDADES

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto - Lei nº 9295, de 27 de maio de 1946, é uma entidade que atua com a finalidade de registro público dos profissionais legalmente habilitados (formação escolar) e da fiscalização técnica e ética do exercício da profissão segundo os princípios fundamentais que regem a atividade especializada dos profissionais, obrigatoriamente condicionados ao registro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 4320/64 e legislação específica posterior.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a - As aplicações financeiras

- Cadernetas de poupança, junto à Caixa Econômica Federal, demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de aniversário de cada conta;
- Certificados de Depósitos Bancários (CDB Flex; Fundo FIF Prático da Caixa Econômica Federal), demonstrados pelos valores aplicados e acrescidos de rendimentos incorridos até a data do Balanço;

b - O resultado pendente é composto, basicamente, por depósitos judiciais referentes a ações trabalhistas, demonstradas ao custo histórico do depósito;

c - Os bens móveis estão demonstrados ao custo de aquisição;

d - O valor do imóvel Rosa e Silva está demonstrado ao custo de aquisição acrescido da construção e de reformas até 31 de dezembro de 2006 e o valor do imóvel 24 de Maio foi reavaliado conforme Laudo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (vide nota 8);

e - A dívida ativa está constituída pelas importâncias relativas a multas e créditos devidos até o exercício de 2006;

f - A receita orçamentária está representada por arrecadação de anuidades (receitas de contribuição), rendimentos de aplicações financeiras (receitas patrimoniais), recebimento referente às inscrições e expedição de carteiras (receitas de serviços) e multas, sobre anuidades em atraso e por ausências à eleição (outras receitas correntes);

g - A despesa orçamentária está demonstrada, principalmente, por despesas administrativas (despesas de custeio), 1/5 da arrecadação repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, 1% da arrecadação de anuidades ao Fundo de Investimento de Desenvolvimento Social - Fides (transferências correntes) e aquisições de bens do imobilizado (despesas de capital);

h - Os Bens Móveis e Imóveis da Sede e Subsedes estão segurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio e Veículos, em quantia considerada suficiente em caso de eventual sinistro.

j - O Superávit do Exercício teve como principal relevância a inscrição e recebimento dos débitos integrais referentes ao exercício de 2006, e de exercícios anteriores inscritos em Dívida Ativa.

4. DISPONÍVEL VINCULADO - CONTA-CORRENTE BANCÁRIA

Descrição	2006	2005
Bancos Conta Vinculada	5.460	4.130
Aplicações Financeiras - CEF - POUP	10	9
Aplicações Financeiras - CEF - CDB	2.481	4.433
Total	7.951	8.572

5. DÉBITOS INTEGRAIS

Descrição	2006	2005
Anuidades do Exercício	2.736	3.682
Anuidades do Exercício Anterior	-	4
Multas de Eleição	516	2
Multas de Infração	23	221
Total	3.275	3.909

6. PARCELAMENTOS CONCEDIDOS

Descrição	2006	2005
Anuidades do Exercício	1.510	2.264
Anuidades do Exercício Anterior -	1	-
Multas de Eleição	223	-
Multas de Infração	53	109
Total	1.786	2.374

7. DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Descrição	2006	2005
Anuidades		
1998	1.526	1.668
1999	2.826	3.087
2000	3.069	3.374
2001	2.017	2.298
2002	1.938	2.257
2003	1.947	2.220
2004	2.890	3.555
2005	4.434	160
2006	1.353	-
Sub-Total	22.000	18.619
Multas de Infração		
1998	122	125
1999	22	22
2000	16	33
2001	238	244
2002	230	255
2003	279	276
2004	254	259
2005	275	1
2006	86	-
Sub-Total	1.522	1.215
Multas de Eleição		
1999	652	716
2001	420	478
2003	466	557
2005	464	-
Sub-Total	2.002	1.751
Total	25.524	21.585

Comparando-se a posição dos débitos inscritos em dívida ativa até o exercício de 2005 em relação à mesma posição em 2006, nota-se a realização parcial do saldo de 2005 no montante de R\$ 2.406 mil referente a anuidades, R\$ 213 mil de multa eleitoral e R\$ 54 mil de multa de infração, ou seja, uma realização de 12,4% do total da dívida em 2005;

8. ATIVO PERMANENTE

Descrição	2006	2005
Bens Móveis	8.109	6.627
Móveis e Utensílios de Escritório	1.374	1.257
Máquinas e Aparelhos	1.595	909
Instalações	636	376
Utensílios de Copa e Cozinha	3	3
Biblioteca	96	84
Veículos	1.378	1.114
Equipamentos de Processamento de Dados	2.328	2.304
Sistemas de Processamento de Dados	684	565
Outros Bens Patrimoniais	15	15
Bens Imóveis	13.728	9.942
Total	21.837	16.569

Após ter sido aprovada a venda do imóvel sito a rua 24 de maio, o CRC SP realizou a sua reavaliação, com base no laudo de avaliação emitido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, pois seu ativo encontrava-se registrado com o valor de aquisição, atualizado pelas variações monetárias até o momento, no montante de R\$ 0,21, valor esse muito aquém da realidade do valor mínimo para venda estipulado pela CEF, tal procedimento está amparado na Lei nº 4.320/64 conforme prevê o Art. 106 § 3º.

Em 2005 o CRC SP realizou a venda de 6 (seis) andares do imóvel sito a Rua 24 de maio no total de R\$ 1.035.241,57 tendo recebido até o encerramento do exercício R\$ 390.809,98 aplicado no fundo para aquisição de imóveis criado em 2004.

Em 2006, o CRC SP realizou o pagamento da primeira parcela referente à compra de imóvel na Rua Rosa e Silva nº 104 incorporado ao patrimônio, no valor de R\$ 3.500.000,00 em 14/12/06. As demais parcelas do acordo de compra deverão ser pagas durante o exercício de 2007 da seguinte forma:

R\$ 500.000,00 em 15/03/2007, R\$ 500.000,00 em 15/06/2007, R\$ 500.000,00 em 15/09/2007 e R\$ 2.000.000,00 em 14/11/2007, quando ocorrerá a outorga da escritura pública de compra e venda.

9. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Descrição	2006	2005
Bradesco S/A	4	16
Caixa Econômica Federal	5	2
Nossa Caixa Nosso Banco S/A	9	-
C.E.F. - Execuções Fiscais	7	-
Total	25	18

10. CREDORES DA ENTIDADE

Descrição	2006	2005
Créditos de Terceiros	-	1
Fornecedores	-	8
Depósitos em Caução	-	-
Total	-	9

11. ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS

Descrição	2006	2005
INSS - Instituto Nacional Seg. Social	160	140
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	93	82
PASEP/PIS - Caixa Econômica Federal	15	13
CRC SP - Fundo para aquisição de Imóveis	3.456	4.128
CRC SP - Fundo para adaptação e Ampliação	2.003	-
Outros	41	41
Total	5.768	4.404

12. PROVISÕES TRABALHISTAS

Descrição	2006	2005
Férias Vencidas e Proporcionais	1.232	955
Encargos Sociais sobre Férias (INSS/FGTS)	363	282
Total	1.595	1.237

13. ATIVO REAL LÍQUIDO

Descrição	2006	2005
Saldo Inicial	48.678	33.603
Resultado Orçamentário do Exercício	(2.740)	3.649
Resultado das Variações Patrimoniais do Exercício	7.135	11.426
Resultado do Exercício	4.395	15.075
Saldo Final em 31.12	53.073	48.678

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No final do Exercício, o cadastro de registros ativos do CRC SP apresentou a seguinte posição:

Descrição	2006	2005
Contabilistas	11040	11849
Organizações Sociedades	8098	8058
Organizações Individuais	9003	9335

b) No final do Exercício, a inadimplência ficou em:

Descrição	2006	2005
Contabilistas	13,90%	11,35%
Organizações Sociedades	7,18%	7,65%
Organizações Individuais	11,51%	12,97%

São Paulo, 31 de dezembro de 2006

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente
CT CRC 1SP132.021/O-7

WILSON ROBERTO PEDRO
Chefe do Depto. de Contabilidade e Patrimônio
CT CRC 1SP153.400/O-0

**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 11/2007
BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2006
PROCESSO "DCP" Nº 18/2006 - 31.12.2006**

O Conselho Diretor, analisando as peças constantes do referido processo, que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2006,
DELIBERA:

1 - Aprovar os **BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2006.**

2 - Submeter o assunto ao exame da Câmara de Controle Interno para parecer e a seguir ao Egrégio Plenário para decisão final.
São Paulo, 29 de janeiro de 2007

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente
CT CRC 1SP132.021/O-7

SERGIO PRADO DE MELLO
Vice-Pres. de Administração e Finanças
CT CRC 1SP058.000/O-9

DOMINGOS ORESTES CHIOMENTO
Vice-Pres. de Fiscalização
CT CRC 1SP032.010/O-0

CLAUDIO AVELINO MAC-KNIGHT FILIPPI
Vice-Pres. de Desenvolvimento Profissional
CT CRC - 1MG 016843/O-3 "T" SP

JOSÉ AREF SABBAGH ESTEVES
Vice-Pres. de Registro
TC CRC - 1SP 090980/O-7

**PARECER DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO
BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2006
PROCESSO "DCP" Nº 18/2006 - 31.12.2006**

Senhor Presidente.

A Câmara de Controle Interno do CRC SP, reunida nesta data, no desempenho de suas atribuições regimentais examinando os Balanços Patrimonial e Financeiro do Exercício de 2006, elaborados com base na Lei nº 4.320/64, aprovados pela Deliberação do Conselho Diretor nº 11/2007, desta data, é de opinião que os mesmos merecem a aprovação do Plenário, com posterior conhecimento do relatório da auditoria externa.

São Paulo, 29 de janeiro de 2007

WALTER IÓRIO
Coordenador
CT CRC 1SP 084113/O-5

WANDERLEY ANTONIO LAPORTA
Vice-Coordenador
CT CRC 1SP 045451/O-2

MARCIA RUIZ ALCAZAR
Membro
CT CRC-1SP 160313/O-3

**DELIBERAÇÃO CRC SP Nº 27/2007 DE 29.01.2007
APROVA OS BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2006**

O plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item "IX" do artigo "9º", de seu Regimento Interno, e tendo em vista o parecer favorável da Câmara de Controle Interno e o que consta do processo "DCP" nº 18/2006, de 31 de dezembro de 2006,

DELIBERA:

Aprovar os balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2006.

Sala das Sessões do Plenário, 29 de janeiro de 2007.

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente
CT CRC- 1SP132021/O-7

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PARECER DE AUDITORIA Nº 04/07

Examinamos os balanços patrimoniais do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações contábeis e variações que resultaram nas mutações patrimoniais, elaboradas e aprovadas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pelo Conselho, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, com base nas normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme descrito no Relatório de Auditoria Nº 04/07, as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CRC SP, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações e as mutações patrimoniais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quanto à gestão, consubstanciada nos trabalhos realizados, transcritos no Relatório de Auditoria Nº 04/07 e, de acordo com os fatos apresentados, somos de PARECER PELA REGULARIDADE DA GESTÃO, para o exercício de 2006.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

Contador Alexandre Freire de Castro Graça
CRC nº DF-011494/O-6-S-SP

Contador Dirceu Martins Batista Junior
CRC nº DF-11.845/O-3-S-SP

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Sr.
Presidente do
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, bem como os balanços financeiros, balanços orçamentários e demonstrações das variações patrimoniais correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e compreenderam (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e os superávits de suas atividades, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

23 de fevereiro de 2007

HORWATH TUFANI, REIS & SOARES Auditores Independentes
CRC 2SP 015165/O-8

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador
CRC 1SP139268/O-6

"FÓRUM 2016": CRC SP INICIA DEBATE SOBRE PLANEJAMENTO DA PROFISSÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

O planejamento do futuro da profissão contábil para os próximos 10 anos foi a principal questão do "Fórum 2016: uma visão de futuro para a profissão", que deu início a uma série de reflexões, debatidas pelas lideranças contábeis no evento realizado no dia 11 de abril de 2007, no auditório do CRC SP.

O "Fórum 2016" é uma das tarefas propostas pelo Planejamento Estratégico 2006-2015 do CRC SP e contou com a presença de lideranças contábeis, como a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, os representantes das entidades contábeis paulistas e os vice-presidentes do CRC SP Sergio Prado de Mello (Administração e Finanças), Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização), Claudio Avelino Mac-Knight Filippi (Desenvolvimento Profissional) e José Aref Sabbagh Esteves (Registro).

"Temos que refletir sobre os próximos 10 anos para propor aos profissionais uma nova atitude", disse o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit. Para ele, os Contabilistas devem buscar uma formação educacional que os habilite a pleitear cargos de direção nas empresas, a participar

das tomadas de decisões nos negócios e a ter uma atenção maior à informatização de trabalhos que não estarão mais a cargo dos Contabilistas, com a implantação do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e da Nota Fiscal Eletrônica, por exemplo.

Para o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRC SP, Claudio Filippi, os profissionais devem começar a se comunicar externamente e precisam se interessar pelas entidades da classe contábil.

A presidente do CFC, Maria Clara, espera uma mudança no ensino da Contabilidade e considera essencial que o profissional contábil esteja preparado para o mercado globalizado, que aprenda novas línguas e amplie seu conhecimento das Normas Internacionais de Contabilidade. "Faltam cursos que formem os professores de Ciências Contábeis" – disse Maria Clara. "Somos 400 mil Contabilistas, mas temos apenas 1.513 mestres e 153 doutores em Contabilidade".

Um profissional que dê valor ao planejamento, valorize a qualidade dos serviços e a ética e seja um gestor estratégico. Este deve ser o profissional da Contabilidade, na visão do empre-

sário de serviços contábeis José Maria Chapina Alcazar, presidente do Sesccon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo) e da Aescon-SP (Associação das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo).

O presidente da Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo), Mauro De Martino Júnior, aconselha mais investimentos para a Educação Continuada dos Contabilistas para que possam ter maior visibilidade, enquanto que o Auditor José Luiz Ribeiro de Carvalho, presidente do Ibracon 5ª Seção Regional (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), disse que, no futuro, os profissionais precisam interagir mais, conscientizar-se que a Contabilidade é uma ciência social e que os Contabilistas são os responsáveis pelas demonstrações financeiras, ferramenta de negócios, suporte para a prestação de contas para a sociedade.

O Perito Dorival Lasso Ortega, presidente da Apejesp (Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo), acredita que a Contabilidade



Maria Clara Cavalcante Bugarim



Luiz Antonio Balaminit



Sergio Prado de Mello

*José Luiz Ribeiro de Carvalho**José Maria Chapina Alcazar**Dorival Lasso Ortega*

terá que se fortalecer e que as entidades contábeis devem investir na educação, cultura e na ética, essenciais para a respeitabilidade da profissão.

O coordenador da Câmara de Desenvolvimento Profissional, José Joaquim Boarin, falou do aspecto educacional da profissão, lembrando que o MEC instituiu a nova diretriz curricular para os cursos de Ciências Contábeis, por meio da Resolução CNE nº 10/04, sem levar em conta

que, antes, é necessária uma reforma do ensino fundamental.

Atualmente, o País tem 940 instituições que oferecem cursos de Ciências Contábeis, 35 escolas para Técnicos em Contabilidade, sendo, no total, 90% noturnos. Boarin acredita que é necessário instituir por lei o Exame de Suficiência e tornar obrigatória a Educação Continuada para todos os Contabilistas.

Ao final, o vice-presidente de Admi-

nistração e Finanças do CRC SP, Sergio Prado de Mello, disse que espera que o CFC encampe a idéia da realização de fóruns em que os CRCs tenham a oportunidade de discutir o futuro da profissão nacionalmente.

A presidente Maria Clara, encerrando o “Fórum 2016”, disse que as reflexões sobre a profissão, provocadas pelo evento, motivam os Contabilistas a buscar o melhor caminho para o futuro e a estarem unidos.

COPAN
SISTEMAS INTEGRADOS

4 SISTEMAS TOTALMENTE INTEGRADOS NUM ÚNICO PACOTE

- ▶ FOLHA DE PAGAMENTO
- ▶ CONTABILIDADE CLM
- ▶ ESCRITA FISCAL
- ▶ CÁLCULO DE TRIBUTOS EM ATRASO

Windows

▶ Experiência de 15 anos de mercado
▶ Mais de 5 mil clientes satisfeitos
▶ Soluções na medida certa para sua empresa

Televendas: 0800 7702040

Ao adquirir o sistema MultiCopan, você terá o que há de mais prático e moderno para a contabilidade da sua empresa. São mais de 30 profissionais especializados, uma equipe de consultores à sua disposição, suporte técnico telefônico, atendimento personalizado, tudo para resolver quaisquer dúvidas, receber sugestões, garantir qualidade e manter o sistema atualizado e modernizado.

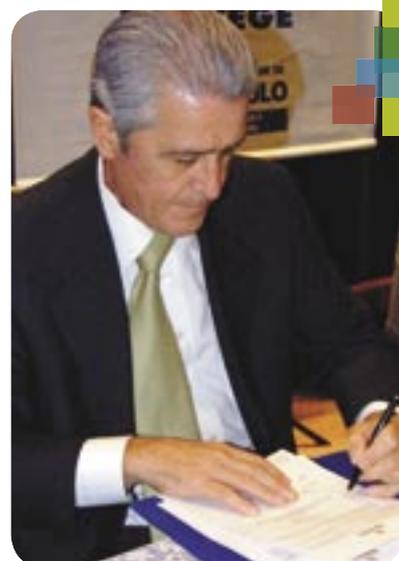
CRC SP VAI DIVULGAR PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

O CRC SP e a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo celebraram, no dia 2 de abril de 2007, um Termo de Cooperação para divulgar o programa “São Paulo Protege suas Crianças”. Dirigido às crianças e adolescentes que vivem nas ruas, o programa está desenvolvendo a campanha “Dê mais que esmola. Dê futuro”, para erradicar o trabalho infantil.

O Termo de Cooperação foi assinado pelo presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamínut, e pelo secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro. Como testemunhas, também assinaram o secretário municipal de Participação e Parceria, Ricardo Montoro, o vice-presidente de Desen-

volvimento Profissional do CRC SP, Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, e o presidente do Comas (Conselho Municipal de Assistência Social) e coordenador do CRC Social, Marcelo Roberto Monello.

O secretário Montoro lembrou que, entre outros problemas enfrentados pelas crianças, mais de 90 mil menores da capital paulista estão sem vagas nas creches. “Essa deficiência” – disse Montoro – “passou a ser uma



Ricardo Montoro



Floriano Pesaro



Luiz Antonio Balamínut

questão de segurança nacional já que, sem acompanhamento educacional, a criança de hoje poderá ser o adulto anti-social de amanhã.”

O secretário Floriano Pesaro disse que São Paulo é uma cidade com um grande contraste social: produz

as maiores riquezas do País, mas também tem o maior número de pobres da América Latina: três milhões de pessoas, 1,4 milhão delas vivendo na mais absoluta miséria.

O programa quer erradicar o trabalho infantil, acabando com a exploração por adultos, que ficam com dois terços do que é arrecadado nas ruas pelas crianças e adolescentes, e orientando a população a direcionar suas doações ao Fundcad (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente).

“Mais de 200 milhões são dados em esmolas, todos os anos, nas ruas de São Paulo” – disse o secretário. “O Fundcad, no entanto, conseguiu apenas R\$ 20 milhões em 2006, mas pode arrecadar muito mais.”



*Claudio Avelino Mac-Knight
Filippi*

Pesaro disse que realizou um sonho ao assinar o Termo de Cooperação com o CRC SP. “Os 45 mil Contabilistas da Capital são os profissionais mais capacitados a prestar todas as informações sobre a doação de imposto devido, são os ‘médicos’ indicados para curar a falta de doações e ajudar na ampliação das ações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes.”

O presidente Balaminit disse que o compromisso maior do CRC SP é com a sociedade. “Nossas premissas e diretrizes estão direcionadas para ações sociais que contribuam para o respeito aos valores que tornam as pessoas cidadãs.”

Balaminit lembrou que o CRC SP já participa da campanha “Uma ação que vale um milhão”, orientando os Contabilistas a divulgar aos usuários da Contabilidade a possibilidade de doar parte do imposto devido ao Fundad.

Ele enfatizou que os Contabilistas querem desenvolver ações sociais. “Assinando este Termo de Cooperação, queremos dar nossa real contribuição à sociedade. Vamos trabalhar com muito afinco para divulgar aos Contabilistas esta campanha que muda o foco do tratamento à criança e ao adolescente de rua, aponta soluções e contribui para o surgimento de uma sociedade mais cidadã, igualitária e justa.”

CONVENÇÕES REGIONAIS CONTRIBUEM PARA A ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Visando a promover o desenvolvimento profissional dos Contabilistas, o CRC SP, em parceria com a Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo) e com o Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo), está organizando Convenções Regionais em diversas cidades do Estado de São Paulo. O lema dos eventos é “o Contabilista preparado para os desafios da atualidade”.

Nos dias 15 e 16 de março de 2007, foi realizada a Convenção Regional de Contabilistas, Empresários e Estudantes da Contabilidade de Araçatuba. No primeiro dia, houve um encontro de professores e atividades programadas pela Comissão CRC Jovem, focada em estudantes

de Contabilidade e profissionais recém-formados. O dia 16 de março foi marcado por diversas palestras sobre temas variados como: segurança da informação, planejamento tributário e o papel do Contador na sociedade.

A Convenção Regional de Contabilistas, Empresários e Estudantes da Contabilidade de Bauru aconteceu entre os dias 21 e 23 de março de 2007. O encontro de professores e as palestras do CRC Jovem marcaram o primeiro dia do evento. A atividade do dia 22 esteve focada no assunto gestão empresarial, com destaque para o papel da mulher. O último dia desta Convenção abordou temas atuais como o Super Simples e segurança da informação, entre outros.

Nos dias 17 e 18 de maio de 2007, a Convenção Regional de Contabilistas,

Empresários e Estudantes da Contabilidade de Presidente Prudente ofereceu uma programação enriquecedora. Logo no início, houve o encontro de professores e palestras promovidas pelo CRC Jovem. No dia 18, exposições sobre Sped / Escrituração contábil e fiscal, nota fiscal eletrônica, desenvolvimento regional e capital social, entre outros temas.

Seguindo o calendário das convenções, representantes do CRC SP têm se reunido com autoridades políticas locais para apresentar proposta de convênio de fiscalização da atuação dos Contabilistas na região.

Buscando a abrangência total do Estado de São Paulo, o CRC SP está programando outras convenções regionais para os meses restantes de 2007. A agenda pode ser consultada no Portal da entidade: www.crcsp.org.br.

PAPEL SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO SÃO DISCUTIDOS NO 3º ENCONTRO DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mais de 2.200 universitários do Grande ABCD reuniram-se para o 3º Encontro dos Estudantes de Ciências Contábeis, no dia 10 de maio de 2007, no Cenforpe (Centro de Formação dos Profissionais de Educação), em São Bernardo do Campo.

Realizado pelo CRC SP e organizado por instituições de ensino superior de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, o evento contou com a participação, como palestrantes, da presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarrim, e do professor e autor de mais de uma centena de obras contábeis, Antônio Lopes de Sá.

Do CRC SP, estavam presentes o presidente Luiz Antonio Balaminit, os vice-presidentes Sergio Prado de Mello (Administração e Finanças), Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização), Claudio Avelino Mac-Knight Filippi

(Desenvolvimento Profissional) e os conselheiros Celina Coutinho, Deise Pinheiro, Telma Tibério Gouveia, José Carlos Melchior Arnosti e José Joaquim Boarin.

Também participaram do evento o presidente do Sescon-SP e Aescon-SP, José Maria Chapina Alcazar, o presidente do CFC, gestão 2004-2005, José Martônio Alves Coelho, e o diretor do Sindcont, Élcio Valente, representando o presidente Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos.

O prefeito de São Bernardo do Campo, William Dib, foi representado pelo vice-prefeito José Roberto de Melo.

O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, abriu o evento, afirmando aos estudantes que a Contabilidade é a profissão de hoje e do futuro. “Preparem-se, pois vocês podem ocupar cargos de direção, cargos



**Vamos
estudar para
fazer a boa
Contabilidade
em benefício
da sociedade.**



Realizadores, organizadores e palestrantes do 3º Encontro dos Estudantes.

de vereadores, deputados, prefeitos e outros que vocês queiram.”

Uma alegre platéia foi recepcionada pela música do Coral Idepac e interagiu com entusiasmo durante as palestras. A presidente Maria Clara, antes de discorrer sobre “O papel social da profissão contábil”, elogiou a união das entidades de ensino na organização do evento, lembrando da importância dos professores para fortalecer a classe contábil.

A palestrante falou com muita ênfase sobre o papel social que o novo Contabilista deve ter para enfrentar o atual cenário mundial, onde 5,4 bilhões de pessoas são subnutridas, 24 mil morrem de fome todos os

dias e 43% vivem sem saneamento básico.

Maria Clara citou, ainda, números importantes para entender o mundo contábil: de 2,5 milhões de Contadores registrados no planeta, 400 mil Contabilistas estão no Brasil, que ainda conta com 65 mil organizações contábeis.

Lembrando que “quem detém as informações, detém o poder”, a primeira mulher presidente do CFC disse que o Brasil tem 5,2 milhões de micro e pequenas empresas, um amplo campo de trabalho para os Contabilistas. Ela disse que é dever de todos conhecer a realidade, não perder a capacidade de se indignar com as mazelas do mundo e trabalhar para mudar os baixos índices sociais.

“Vamos estudar” – finalizou ela. “Estudar muito para fazer boa Contabilidade em benefício da sociedade.”

Oportunidades em consultoria
– Com a experiência de 61 anos na profissão contábil, o professor Antônio Lopes de Sá começou a sua palestra sobre “Consultoria e informação contábil” lembrando que a informática tirou muitas tarefas que eram atribuídas aos Contabilistas, estreitando o mercado de trabalho.



O Centro de Formação de São Bernardo do Campo ficou lotado.

“Mas foi a informática” – disse o professor de 80 anos, que usa um computador para trabalhar – “que transformou o mercado de trabalho, facilitando muito a vida de todos.”

Dentre as inúmeras atribuições que o Contabilista pode exercer, Lopes de Sá acha que a consultoria cabe perfeitamente ao profissional contábil, como gerenciador dos negócios, aquele que detém as informações e que, munido delas, pode dar a melhor direção a uma empresa.

“A Contabilidade é uma ciência” – disse Lopes de Sá. “E como tal, sabendo porque e como se faz, pode-se gerenciar qualquer tipo de negócio com conhecimento de causa.”

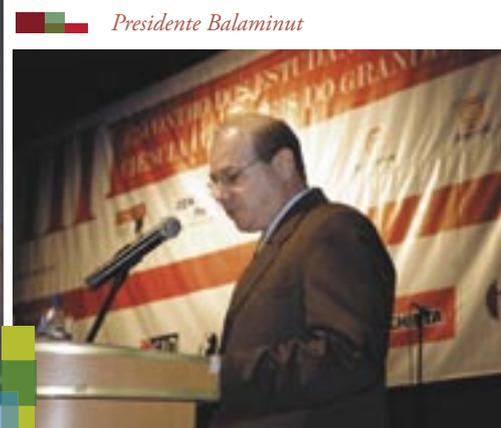
O professor admitiu que a informática, hoje, é um real apoio à consultoria. Ele reafirmou como ética a fidelidade ao cliente e lamentou o pequeno número de cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis no Brasil, o que compromete a qualidade do ensino.



Maria Clara



Prof. Lopes de Sá



Presidente Balamínut

CRC SP DÁ CONTINUIDADE ÀS AÇÕES CULTURAIS



Membros do Movimento Poético Nacional se apresentam pela segunda vez no CRC SP.

O CRC SP e o IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo) promovem, todos os meses, eventos culturais voltados para música e artes plásticas.

Em março de 2007, o Espaço Cultural CRC SP recebeu a exposição “O Olhar Primitivo”, da artista Graciete Ferreira Borges, que começou sua carreira como autodidata. Algumas das obras de Graciete já foram expostas na Galeria de Arte do Forte de São Francisco, em Portugal, e apresentadas na XX



O talento dos violeiros da Orquestra Paulista de Viola Caipira encantou o público.

Mostra Afro-brasileira dos Palmares, em Londrina, no Memorial do Alto Tietê, em Suzano, e no Espaço Cultural da Casa de Portugal, em São Paulo.

No dia 1º de março de 2007, data da abertura da exposição, o CRC SP foi palco do recital de poesia e canto realizado pelo Movimento Poético Nacional, sob coordenação artística de Celeste Manzini e Walter Argento e com acompanhamento de piano executado por Yara Lopes.

No mês de abril, foi inaugurada a exposição “Sinfonia da Natureza”, do artista espanhol Isidro Cistaré. Organizada com pinturas de óleo sobre tela, a mostra era composta por obras que retratavam flores e paisagens coloridas.

A apresentação musical, que aconteceu no dia 12 de abril de 2007, foi realizada pelo coral Fantasia Italiana, com acompanhamento da pianista Yara Lopes. Sob regência do maestro Jaime Vieira, o coral emocionou a platéia com canções tradicionais da Itália.

Em maio, foi organizada a exposição “Visão Contemplativa do Real”, da artista Mitiko Yanagui. A abertura da mostra aconteceu no dia 3 de maio de 2007, e foi marcada pela apresentação da Orquestra Paulista de Viola Caipira, fundada pelo maestro Rui Torneze. O repertório emocionou a todos os presentes e a alegria dos músicos era contagiante. A orquestra prestou uma homenagem ao presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamint, tocando “O Rio de Piracicaba”, música que faz referência à cidade na qual ele mora.



A artista Mitiko Yanagui apresenta suas delicadas obras de arte.

O curador das exposições é o superintendente do Patrimônio Cultural da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani. A abertura das exposições e das apresentações é feita pelo conselheiro e coordenador da Comissão de Projetos Culturais, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho. Os eventos são mensais e abertos ao público e a entrada é sempre um quilo de alimento não-perecível, que é doado para instituições beneficentes.

XIV SEMINÁRIO CILEA REÚNE PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE EM GOIÁS

O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamint, e o vice-presidente de Registro, José Aref Sabbagh Esteves, participaram do XIV Seminário Internacional do Cilea (Comitê de Integração Latino Europa América), realizado entre os dias 6 e 8 de maio de 2007, em Goiás.

O evento reuniu cerca de 250 profissionais liberais de Ciências Contábeis e Econômicas, de 18 países da América e da Europa, que participaram de palestras e discussões. Houve também a apresentação de painéis e estudos de casos.

A discussão de estratégias de sucesso para gestão de micro e pequenas empresas foi o tema central de todas as atividades. Outros assuntos abordados foram terceirização, planejamento tributário e fontes de financiamento.

Devido à participação de profissionais de outros países, o financiamento de micro e pequenas empresas na União Européia, as Normas Internacionais de Informação Financeira,



a Contabilidade e a reforma contábil na Espanha também foram temas das apresentações.

Participaram profissionais de diversos países, como: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Espanha, França, Itália, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, Portugal, Romênia, Uruguai e Venezuela.

HISTÓRICO

O Comitê de Integração Latino Europa América foi criado em 1997, durante o XXX Congresso Nacional

dos Doutores em Contabilidade, por quatro países latinos: Argentina, Brasil, México e Uruguai; quatro países europeus: Espanha, França, Itália e Portugal; e por um representante da AIC (Associação Interamericana de Contabilidade).

O objetivo do comitê é dar mais destaque às atividades desempenhadas por profissionais das áreas contábil e econômica, por meio da sinergia entre os profissionais latinos dos dois continentes.

O atual presidente é o Contador brasileiro José Maria Martins Mendes.

Mastermaq Informática:

há 15 anos desenvolvendo soluções para aproximar você do seu cliente.



Converse com um consultor: 0800 728 6200

A Mastermaq possui mais de **170.000** softwares instalados e, com reconhecido know how, é líder nacional na informatização de escritórios de contabilidade, proporcionando segurança e condições mais favoráveis à sua evolução.

 **mastermaq**
www.mastermaq.com.br

ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS

O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros (artigo 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980).

As organizações contábeis que exploram serviços contábeis são obrigadas a efetuarem seu registro cadastral no CRC SP, sem o que não poderão iniciar suas atividades (artigo 1º da Resolução CFC nº 868/99).

Para efeito do disposto nesta Resolução, considera-se **REGISTRO CADASTRAL**:

I DEFINITIVO – é concedido pelo CRC SP, organização jurisdicionada no Estado de São Paulo.

II TRANSFERIDO – é concedido pelo CRC SP, organização jurisdicionada no Estado de São Paulo.

III SECUNDÁRIO – é concedido pelo CRC SP de jurisdição diversa daquela onde a organização contábil possua registro cadastral definitivo ou transferido, para que possa explorar atividades na sua jurisdição, sem mudança de sede e sem estabelecimento fixo.

IV DE FILIAL – é concedido para que a organização contábil que possua registro cadastral definitivo ou transferido possa se estabelecer em localidade diversa daquela em que se encontra a sua matriz.



As organizações contábeis, constituídas sob a forma de sociedade, serão integradas por Contadores ou Técnicos em Contabilidade, sendo permitida a associação com profissionais de outras profissões regulamentadas, desde que estejam registrados nos respectivos órgãos de fiscalização, buscando-se a reciprocidade dessas profissões.

Na associação prevista no *caput* deste artigo, será sempre do Contabilista a responsabilidade técnica dos serviços que lhes forem privativos, devendo constar do contrato a discriminação das atribuições técnicas de cada um dos sócios. (artigo 3º - ver Decreto-lei nº 9.295/46, artigo 1.182, do Código Civil, Decreto nº 64.567/69 e Resolução CFC nº 560/83).

Agora é obrigatório.

Declaração de imposto de renda de empresas deve usar Certificado Digital.



A Receita Federal passa a exigir, a partir de 2007, a entrega da Declaração PJ, pelo lucro real ou arbitrado, com Certificado Digital*.

Evite transtornos, adquira já o seu Certificado Digital Serasa, com todo o conforto, diretamente no nosso site.

**Instrução Normativa SRF nº 696, publicada no dia 20 de dezembro 2006, no Diário Oficial da União.*



11 33 Serasa
7 3 7 2 7 2

A Serviço do Desenvolvimento do Brasil

serasa.com.br

« A MUDANÇA DE MENTALIDADE, O APRIMORAMENTO CONSTANTE E A PARTICIPAÇÃO TÊM SIDO RESPONSÁVEIS PELO RECONHECIMENTO DA CLASSE CONTÁBIL »»

EMPRESÁRIO CONTÁBIL E CONSULTOR DE EMPRESAS, O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, NILSON JOSÉ GOEDERT, PÓS-GRADUADO EM GESTÃO EMPRESARIAL PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, VEM PAUTANDO SUA ADMINISTRAÇÃO PELA ÊNFASE NA EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS CONTABILISTAS.

Em junho, Santa Catarina sediou o 6º Encontro Nacional da Mulher Contabilista. Nessa região, está havendo um aumento no número de mulheres que optam pela Contabilidade? Como elas estão sendo recebidas pelo mercado de trabalho?

Goedert: A receptividade não poderia ser maior. Informalmente, pesquisas feitas entre os empresários da Contabilidade mostram que, na hora de contratar, a maioria prefere as mulheres. Além da competência, pesa nesta decisão um fator muito importante: hoje elas têm, na média, uma qualificação superior à

dos homens. Os dados do Registro do CRCSC revelam que quase 70% (68,3%) das profissionais inscritas são Contadoras, ou seja, possuem curso superior. Já entre os homens, esse percentual é de 51%.

Infelizmente, o desemprego vem aumentando gradativamente em várias regiões brasileiras. Em Santa Catarina, o profissional contábil encontra trabalho facilmente?

Goedert: Acho que a questão do desemprego afeta todas as categorias. No caso dos Contabilistas, o que percebe é que há muitos profissionais

em busca de colocação e, no outro lado, um número também grande de empresários reclamando que não encontra mão-de-obra qualificada. Ou seja, para quem investe em sua formação e encara com seriedade os desafios colocados pela profissão, acho que há mercado. Não é possível sair da faculdade e achar que é um profissional pronto.

O senhor acha que a Contabilidade está em processo de mudança?

Goedert: Diria que a Contabilidade está se tornando, dia-a-dia, um excelente instrumento de gestão, deixando

de ser uma mera necessidade fiscal. Cada vez mais gestores públicos ou privados, de pequenas ou médias empresas, vêem na Contabilidade a fonte de informação para a gestão de seus negócios. Se analisarmos sob esse aspecto, sim, a Contabilidade está em processo de mudança.

Na sua opinião, os Contabilistas estão preparados para as mudanças que a tecnologia vem trazendo, cada vez mais, para o dia-a-dia da profissão?

Goedert: Diria que grande parte, sim, vem acompanhando o avanço tecnológico, a globalização, o aumento da competitividade. Em alguns casos as mudanças são muitas rápidas, porém as entidades contábeis vêm trabalhando fortemente na Educação Continuada, quer em cursos, em palestras e seminários, quer por outros meios.

O ensino de Ciências Contábeis está formando profissionais para um mercado que se globaliza a cada dia?

Goedert: Por mais bem intencionados que sejam os cursos de Contabilidade, e temos 53 em Santa Catarina, a formação oferecida está aquém das necessidades demandadas pelo mercado, seja por se repassar aos acadêmicos um conteúdo muito teórico e pouco prático, seja por não colocá-los a par dos novos campos de aplicação da Contabilidade. Essa realidade transparece numa pesquisa realizada pelo CRCSC entre os coordenadores de cursos de Ciências Contábeis. Cerca de 80% reconhecem que os formandos saem parcialmente preparados para atender as exigências do mercado. Foi exatamente para aprimorar a formação docente que o Conselho Federal de Contabilidade e o CRCSC firmaram um convê-



*NILSON JOSÉ
GOEDERT,
presidente do CRCSC*

nio, no ano passado, com o curso de mestrado da FURB (Universidade Regional de Blumenau), em que é garantido um subsídio às mensalidades e um auxílio financeiro para os mestrandos participarem de congressos e convenções.

Quais são as ações que o CRCSC tem promovido com relação à Educação Continuada?

Goedert: Em média, o profissional registrado no CRCSC participou em 2006 de um a dois cursos ou eventos promovidos ou apoiados pela entidade. Em doze meses foram 451, que contaram com a presença de mais de 25.408 participantes, um recorde na história do CRCSC, num quadro de 15,7 mil inscritos. Em comparação com o número de registros, Santa Catarina é um dos Conselhos que mais investe em Educação Continuada dentro do Sistema CFC/CRCs, tendo como base o total de participantes.

Desde 2003, os cursos do Projeto Educação Continuada, normalmente com duração de quatro ou oito horas,



Precisamos atualizar nossa legislação, editada em 1946, fazendo com que reflita os avanços tecnológicos e de comunicação verificados nos últimos 61 anos, bem como os novos campos de atuação do profissional da Contabilidade.



são oferecidos em parceria com as demais entidades contábeis (os Sescos e a Fecontesc e sua rede de sindicatos filiados). Isso tem permitido levar os programas de Educação Continuada para os municípios menores e mais distantes da Capital. Via de regra, um curso é oferecido em mais de 30 cidades catarinenses.

O senhor acredita que a Contabilidade poderá ter procedimentos únicos para os países do Mercosul?

Goedert: A globalização e formação de blocos econômicos tendem a levar para esse caminho. Nos países-membro do Mercosul, pode ser que algum dia isso se torne uma realidade. Hoje, porém, vejo isso como algo distante, pois os interesses individuais têm se sobreposto aos interesses regionais. Além disso, no Brasil temos três conselhos profissionais (de Contabilidade, de Administração e de Economia), enquanto nos demais países-membro existe apenas um conselho profissional.

O que precisa mudar para que os Contabilistas tenham um destaque maior junto à sociedade?

Goedert: Destaque conquista-se com participação, quer nas decisões das empresas e das entidades de classe, quer

no serviço público e no Parlamento – este último um fórum fundamental para que possamos apresentar propostas que aprimorem a legislação. A mudança de mentalidade, o aprimoramento constante e a participação têm sido responsáveis, nos últimos anos, por ganhos significativos no que se refere ao reconhecimento da classe contábil.

Na sua opinião, o que pode ser aperfeiçoado no Sistema CFC / CRCs?

Goedert: Enquanto profissão, temos muitas inseguranças legais por conta de uma legislação editada em 1946. Precisamos atualizá-la, fazendo com que reflita os avanços tecnológicos e de comunicação verificados nos últimos 61 anos, bem como os novos campos de atuação do profissional da Contabilidade. Para um melhor aperfeiçoamento do ensino, precisamos instituir o Exame de Suficiência, para que as faculdades e profissionais se preparem melhor para o mercado de trabalho. Precisamos, também, estar em dia com mudanças da economia e fortalecer a representação política da classe contábil. Nesse sentido, considero que o CFC vem trabalhando em sintonia com os CRCs em várias frentes, quer no âmbito estadual, quer no Congresso Nacional.





Por que pagar mais, se você pode ter o melhor pagando menos?



Dpcomp Sistemas.



Escrita Fiscal

R\$ 69,00
por mês

Nota Fiscal Eletrônica (RPS)
Apurações Federais
Relatórios e Guias via E-mail
Declarações Eletrônicas
Ciap-Ciaf

Sintegra
Sinco e portaria INSS/Direp 42
DMG
DIPJ
DNF

DCTF
PJ do SIMPLES
GIA
Livro Caixa
Livro de inventário



FOLHA



CONT



FISC



FAT



FINAN



STOCK



SUPR



CALL

Folha de Pagamento Contabilidade Escrita Fiscal Faturamento Financeiro Estoque Suprimentos Call Center

www.dpcomp.com.br

TELEVENDAS
0800 015 55 61

« OS CONTADORES POSSUEM GRANDE PRESTÍGIO E NO BRASIL TAL FATO OCORRE EM RAZÃO DAS NECESSIDADES SURGIDAS COM O AUMENTO DA BUROCRACIA ESTATAL, COMBATE À CORRUPÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS GESTÕES DAS EMPRESAS »»

AOS 80 ANOS DE IDADE – 61 DELES DEDICADOS À PROFISSÃO – O PROFESSOR ANTÔNIO LOPES DE SÁ, ALÉM DE JUVENTUDE E SIMPATIA, ESBANJA INVEJÁVEL ENTUSIASMO PELA CONTABILIDADE E PELO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. CONTADOR, ADMINISTRADOR E ECONOMISTA, LOPES DE SÁ, QUE CUMPRE UMA EXTENSA AGENDA DE TRABALHOS E PALESTRAS, DEDICA-SE COM AFINCO A ATUALIZAR OS 157 LIVROS QUE ESCREVEU.

Conte um pouco da sua vida como Contabilista: como começou, por que escolheu a Contabilidade, como era a profissão naquela época, há quantos anos o senhor exerce a profissão?

Lopes de Sá: Exerço a profissão há 61 anos e na atualidade posso dizer que

posso mais encargos em tarefas que antes. Sou parecerista e Perito Assistente de empresas que se inserem entre as vinte maiores de nossa nação e trabalho das quatro da manhã até as vinte e três horas, apenas um ligeiro intervalo de duas horas no meio do dia.

Iniciei meus estudos contábeis por sugestão de um diretor de empresa na qual eu trabalhava. Quando iniciei não havia o recurso dos computadores, a legislação fiscal era da maior singeleza e o Brasil iniciava a sua marcha de desenvolvimento industrial.

A Contabilidade mudou muito nestas últimas décadas? Conseguiu acompanhar as grandes mudanças do século XX?

Lopes de Sá: A Contabilidade, como todos os ramos do conhecimento humano, comportou um grande progresso no século XX. Não houve mudança, mas evolução. As doutrinas clássicas, os procedimentos anteriores, comportaram modificações, mas não deformações ou anulações que pudessem representar um “outro conhecimento”. Acompanhei e participei do progresso da nossa ciência oferecendo a ela uma nova doutrina que ainda está em evolução e que é o Neopatriarmonalismo, hoje a mais moderna estrutura doutrinária, com centenas de milhares de adeptos e um número expressivo de professores e escritores que para tal tese contribuem. Trabalho hoje na prática utilizando-me dos benefícios da Informática e no campo da Ciência, História e Ética. Não só procuro manter-me atualizado, como estou contribuindo para a evolução com novas doutrinas e técnicas, espelhadas em meus livros e artigos, que produzo com absoluta regularidade e frequência. Procuro seguir os meus mestres, Masi, D’Áuria, Lopes Amorim, para apenas referir-me a três grandes nomes, que foram homens que produziram enquanto viveram, mesmo na avançada idade.

Participo do Conselho Editorial de nada menos de 10 revistas do Brasil e do exterior, o que me obriga a ler tudo o que de novo vai sendo produzido.

Recebo publicações de todas as partes do mundo intelectual e na Internet acompanho várias páginas de atualização de conhecimento. O ser humano deve manter-se ativo e ser útil enquanto viver e a idade nos dá a experiência e a sabedoria que não

devem ser sonegadas aos que se iniciam ou estão no meio de suas carreiras.

O que lhe é mais grato: dar aulas, escrever ou exercer a profissão?

Lopes de Sá: Tudo o que faço é com amor, logo, com prazer. Ainda há dias, ao terminar uma conferência, de mim se avizinhou uma assistente e disse-me que ela havia entendido que eu muito amava a profissão, pois só com amor era possível falar com tal entusiasmo e transmitir aos ouvintes tal motivação. Respondi à jovem que só o amor e o conhecimento permitem ao espírito os seus grandes vôos porque são as asas do mesmo.

O CRC e os Contabilistas de São Paulo têm uma grande admiração pelo seu trabalho. Há até o fato de que foi o senhor o intermediário da compra de dois andares do edifício onde era a sede anterior do Conselho. Como é que foi essa história?

Lopes de Sá: Nisso há uma interação, ou seja, uma reciprocidade. Aos colegas de São Paulo muito eu devo, quer por consideração, quer por oportunidade, quer por conhecimento. De Pedreschi a Balaminit, ou seja, do primeiro ao atual presidente do CRC de São Paulo, só recebi respeito, amizade e consideração. As oportunidades, também, pois as recebi em primeira mão do saudoso professor Armando Aloe, redator da *Revista Paulista de Contabilidade*, órgão no qual editei meu primeiro artigo em revista especializada. Do saudoso Luiz Herrmann, da Editora Atlas, recebi apoio para minhas edições. De D’Áuria, tive o prestígio dos elogios e da amizade para elevar-me e a sabedoria para entender que era preciso ambicionar uma “cultura brasileira de Contabi-



PROF. DR. ANTÔNIO
LOPES DE SÁ



Ame a

**Contabilidade
como ciência,
ame esta pátria**

que é o espaço

que o destino

lhe atribuiu para

**que cumpra a sua
missão cósmica.**



lidade”, sem submissão estrangeira. Um povo submisso culturalmente é escravo de outro.

Quanto à sede do CRC realmente ajudei a adquirir, facilitando a compra do imóvel do Banco da Lavoura, nos fins da década de 50, sem qualquer interesse comercial. Consegui condições favoráveis ao pagamento e um

ENTREVISTA



preço ao alcance do nosso CRC SP pois, na época, estava a assessorar a presidência do Banco da Lavoura de Minas Gerais (hoje Real), ocupada pelo competente Aloísio Faria. Obtive do banco toda a receptividade e as concessões feitas eu as transferi todas ao CRC de São Paulo.

O senhor acha que a tecnologia trouxe grandes transformações para a Contabilidade? O senhor se adaptou ao computador?

Lopes de Sá: O computador é hoje meu instrumento diuturno de trabalho. Eu mesmo digito meus textos, utilizo-me de recursos de rara valia para os escritos e cálculos como oferece o Excel e de outros programas. Na Internet, mantenho minha página, hoje com quase três milhões de acessos, e respondo diretamente cerca de mil mensagens por mês. Não consigo prescindir de tal instrumento magnífico.

O senhor acha que o Contabilista tem o reconhecimento que merece por parte da sociedade?

Lopes de Sá: Entendo que poderíamos ter mais reconhecimento, mas percebo que a partir da década de

80 acelerou-se o prestígio que havia sido cedido a outras classes que são dedicadas também aos cuidados com a riqueza dos empreendimentos, como a Economia e a Administração. Nos países de maior poder de produção, os Contadores possuem grande prestígio e no Brasil tal fato está a ocorrer também novamente agora em razão das necessidades surgidas com o aumento da burocracia estatal, rigores fiscais, concorrência em face da globalização, combate à corrupção, quebra de ética no poder, ampliação de recursos informativos e de participação nas gestões das empresas. Quando conseguimos a regulamentação do exercício de nossa profissão foi o prestígio de nossos líderes que deu suporte ao evento.

A Contabilidade brasileira vai conseguir acompanhar a globalização da economia?

Lopes de Sá: Entendo que nossa política econômica ainda não é a que o País merece. O Brasil, os brasileiros precisam adotar teses próprias, sem cópias de modelos vetustos e importados. Dar oportunidade a quem deseja trabalhar e a quem o faz, prestigiar os empreendimentos, oferecer tranquilidade

e segurança, são fatores primordiais. O modelo deve ser o de desenvolvimento, com menos prisão ao monetário. Em resumo, o que o Brasil precisa é apenas seguir o que está gravado em sua bandeira: Ordem e Progresso. Se nos dedicarmos a vender mais tecnologia que matéria-prima, se aproveitarmos a genialidade de nossos intelectuais e homens de empresas como Gerdau, Abílio Diniz, Antonio Ermírio de Moraes, os Megale e outros, nosso sucesso estará assegurado na globalização. É uma luta árdua que se terá que enfrentar com competência e sagacidade e sem submissão, embora com habilidade.

O senhor é a favor da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade?

Lopes de Sá: Albert Einstein escreveu que quando só se ensina a fazer, sem ensinar porque se faz, o homem tende a ser um robô. Ou seja, como um autômato, programado, tudo o que a este se assemelha tem o limite da programação. O que é universal como conhecimento tende a ser o verdadeiro, mas só será deveras universal se emergir do científico. Consenso apenas não é verdade. Uma coisa pode ser aceita por muita gente e não ser sábia e, assim, já lecionava Buda há cerca de 2.500 anos. Não é verdade, também, o que apenas um grupo particular admite que o seja. A Física não se construiu por uma comissão, nem por uma instituição, nem por decreto, mas por Galileu, Faraday, Newton, Marconi, Einstein, Planck e tantos outros. O mesmo ocorreu com a Química, a Biologia e aos demais ramos do saber humano. Essa é a razão de não aceitar sem restrições o que chega não como realmente “internacional”, mas

ANTÔNIO LOPES DE SÁ

em defluência de submissão cultural proveniente do outro hemisfério, de instituição particular que vende serviços, de instituições financiadas e dominadas por especuladores de mercado etc. Tão fortes e poderosos economicamente, todavia, são os interessados em impor critérios de informação que a Contabilidade vem sofrendo desde a década de 60 tais influências (denunciadas inclusive pelo Senado dos Estados Unidos). Entendo que só o tempo poderá reverter tal pressão. Um Contador que tem pretensões de aplicar seus conhecimentos científicos não pode sujeitá-los de forma absoluta às normas tais como têm sido editadas. Isso não significa que todas as ditas internacionais estão erradas ou são de má qualidade; apenas admito que devam ser sugestões, nunca imposições, sem o mito da infalibilidade. Aceitar as normas internacionais como compulsórias é como curvar-se diante da imposição de um ordenamento jurídico alienígena. É ferir soberania, cultura, dignidade de um povo. Subordinar a consciência humana aos interesses dos investidores de Bolsas é algo que foge aos princípios adotados por minha consciência ética e é nisto que reside a minha ressalva a tal engano. Posso não influir e nem decidir sobre tal aceitação, mas não cometo o pecado da omissão em refutar tal prática. A história, certamente, me julgará.

O que o senhor diria a um jovem Contabilista?

Lopes de Sá: Diria afetuosamente: viva o mundo atual sem estar totalmente de acordo com ele, ou seja, viva entre os corruptos sem ser corrupto, entre incapazes procurando, todavia, ser capaz, viva entre violentos, mas,



praticando a paz, ou seja, seja você mesmo, exercendo as propriedades do espírito e que são as de amor, conhecimento, trabalho e reflexão. Cria na vida e faça que creiam em você. Cria em você para que os outros também o façam. Ame a ciência porque ela é a transmissora da verdade, ame a Contabilidade como ciência, ame esta pátria que é o espaço que o destino lhe atribuiu para que cumpra a sua missão cósmica.

Quais são os seus planos para o futuro?

Lopes de Sá: Um homem sem planos é como uma árvore sem frutos. A cada ano traço um planejamento e o faço desde minha tenra idade. Meus projetos são ambiciosos, mas se resumem em minha vontade de transferir o conhecimento que acumulei, enquanto isto me for permitido, de doar-me cada vez mais à comunidade. A minha doutrina do Neopatrimonialismo, a única que consegui formar uma corrente de pensamento científico de origem brasileira, prossegue sendo meu grande alvo. Tenho um vasto programa de edições. Este ano já lancei o livro *Ética e valores humanos*, em Maceió, com a presença e o prestígio de nossa iluminada presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim. Estou a concluir uma outra obra sobre o Ativo Intan-

gível que lançarei até junho e outra já em curso que será entregue até setembro deste ano sobre a História da Contabilidade no Brasil. Tenho atualizado meus livros e pretendo lançar uma ampliação considerável de meu Dicionário de Contabilidade. O Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino, o Prolatino, por mim criado com a ajuda do mestre Walter Crispim da Silva, presidente da centenária Fundação Visconde de Cairu, já com oito realizações, inclusive uma na Europa, em Portugal, pretendo dar nova roupagem para comemorar o 10º, que já está em planejamento, pois o 9º será em Brasília, em setembro próximo. Meus planos não cessam e prosseguem em rara marcha de aceleração, contando com apoios de qualidade como os que me têm dado o sistema dos Conselhos de Contabilidade, Regionais e Federal, e as centenárias Fundações Álvares Penteado e Visconde de Cairu.

O CRC de São Paulo, com mais este prestígio que me dá de poder transmitir meu pensamento em entrevista especial, é uma inequívoca prova de tudo isso.

Posso afirmar que se outra vida tiver além da que já me foi possível ter, em outra estarei a planejar sempre ambiciosamente no campo do amor, do conhecimento, da reflexão, do trabalho e da perene reflexão.

ENTREVISTA

« NOSSAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRECISAM DE UM MODELO DE GOVERNANÇA
EDUCACIONAL COMPATÍVEL COM A MISSÃO,
VISÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIO E SISTEMA
DE CRENÇAS E VALORES »»

MEMBRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA, MASAYUKI NAKAGAWA É PROFESSOR TITULAR DE CONTABILIDADE DA FEA/USP (FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) E PESQUISADOR SÊNIOR DA FIPECAFI (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS). NESTA ENTREVISTA, ELE ABORDA PONTOS IMPORTANTES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ENFATIZANDO QUE “A QUESTÃO CENTRAL A SER RESOLVIDA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO CONTÁBIL NO BRASIL SÓ ACONTECERÁ, DE FATO, MEDIANTE A ADEQUADA INTEGRAÇÃO CONCEITUAL E SISTÊMICA DA CONTABILIZAÇÃO COM A CONTABILIDADE

Qual é a avaliação que o senhor faz da Resolução nº 10/04 do CNE (Conselho Nacional de Educação)? Essa resolução contribui para melhorar a qualidade do ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis?

Prof. Masayuki: Tenho certeza de que a Resolução nº 10/04 do CNE, de 16 de dezembro de 2004, poderá contribuir muito positivamente para a melhoria da qualidade da educação contábil no Brasil, porque seus princípios básicos estão fundamentados na *Proposta Internacional de Diretrizes Educacionais*, editada pelo IFAC (*International Federation of Accountants*), em maio de 1996. Essa proposta foi objeto de discussão nas reuniões na cidade de Londres, na sede da ACCA (*The Association of Chartered Certified Accountants*), em 1999, das quais participei como professor da FEA/USP e representante da SESu/MEC, a convite do professor L. Nelson de Carvalho, à época *chairman* do ISAR (*Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*). Dessa reunião, participaram representantes de muitas nações e, como re-

sultado, o ISAR trabalhou durante cerca de três anos num documento, cuja coordenação esteve a cargo do doutor em Ciências Contábeis nos Estados Unidos, professor Mohamed E. Moustafa, e que foi publicado pela UNCTAD/ONU, em outubro de 2002, intitulado *Global Curriculum for the Professional Education of Professional Accountants*. Considero, assim, que as *Diretrizes Curriculares Nacionais* do CNE poderão ser de grande relevância para todos nós, coordenadores de cursos de graduação em Ciências Contábeis. Entretanto, sua implementação com sucesso é uma questão que ficará na dependência de cada IES (Instituição de Ensino Superior) já ter no seu sistema de gestão de negócios um adequado modelo de Governança Educacional.

A resolução atende às reivindicações de alunos e professores para modernizar o curso de graduação em Ciências Contábeis?

Prof. Masayuki: Quais são essas reivindicações? Acredito que os alunos e professores têm a expectativa de que sua IES tenha todas as condições de

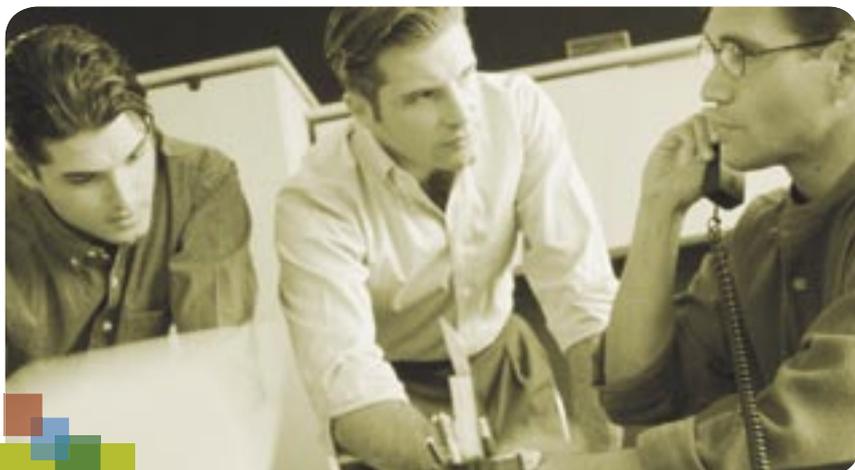


**PROF. DR. MASAYUKI
NAKAGAWA**

transformar em realidade o desejo que o ingressante tem de se tornar um profissional tão competente quanto os melhores do mundo. O que se tem observado, entretanto, não é isso. Infelizmente, com raríssimas exceções, as IES brasileiras estão focadas apenas no ensino das normas e técnicas da Contabilização. Quando o enfoque da esmagadora maioria das IES do Brasil passar a ser, como preconizado no documento da UNCTAD citado, voltado para um verdadeiro sistema de informação para apoio à tomada de decisões, principalmente econômicas, a modernização pretendida terá sido alcançada.

Após tantos anos de docência, como o senhor vê o ensino das Ciências Contábeis no Brasil?

Prof. Masayuki: Vejo com muita preocupação o ensino das Ciências Contábeis no Brasil porque nossas IES apresentam-se ao mercado carentes de algumas coisas fundamentais para a gestão do seu negócio. A principal delas é de natureza administrativa: a falta de um modelo de Governança Educacional que lhes permita a quitação da



ENTREVISTA

sua plena obrigação de prestar contas dos resultados perante a sociedade e seus alunos. Embora minha resposta seja contundente, não posso omitir diante dos meus colegas e amigos a verdade das coisas após tantos anos de experiência com sucesso na coordenação do curso de graduação em Ciências Contábeis da FEA/USP. Meu profundo e verdadeiro desejo é de poder compartilhar essa experiência com todas as IES brasileiras.

O que a academia oferece ao aluno, hoje, para que ele possa chegar preparado ao mercado de trabalho?

Prof. Masayuki: Em minha opinião, o que a academia oferece ao aluno, hoje, é apenas uma espécie de doce ilusão de que chegará preparado ao mercado. Não tenho dúvidas de que os professores proporcionam aos seus alunos o melhor dos ensinamentos no que diz respeito às normas e técnicas de contabilização, eventualmente com um enfoque possivelmente exagerado na especialidade *Contabilidade Tributária* a qual, embora importante, não é a única, nem necessariamente a principal das especializações do bacharel em Ciências Contábeis. Mas, para o mercado de trabalho na economia globalizada, o portador do diploma de Contador deve aliar a esses conhecimentos o da Contabilidade de tal maneira que o permitam ser especialista também no campo da análise hermenêutica das demonstrações contábeis, interpretação dos signos contábeis e comunicação contábil como linguagem de negócios. Conhecimentos de Mercados Financeiros, Métodos Quantitativos e Elementos Fundamentais de Comunicação de Fenômenos Empresariais são tão relevantes quanto os conhecimentos de Contabilização especificamente.



Aconselho os jovens Contabilistas a lerem, compreenderem e perceberem o significado das implicações estratégicas dos conceitos.



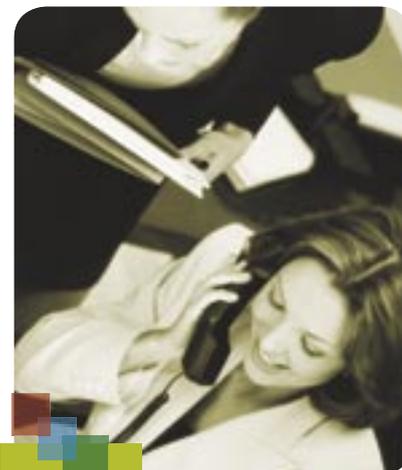
Na sua opinião, a Contabilidade mudou muito nos últimos anos?

Prof. Masayuki: Em minha opinião, a Contabilidade é a mesma desde que, há aproximadamente 8.000 anos a.C., o povo da Mesopotâmia, percebendo a necessidade de fazer contas e quitar sua obrigação perante seus deuses, reis e sacerdotes, por meio de uma adequada prestação de contas, acabou inventando aquilo que hoje é conhecido como Contabilidade. Aliás, a noção de *prestação de contas* já era conhecida e praticada pelo povo hebreu conforme consta na Bíblia Sagrada, no livro de São Mateus, capítulo 25, versículo 14. O que mudou foi o tremendo engano de se chamar de Contabilidade algo que na verdade é a contabilização.

O senhor acredita que o mercado brasileiro está preparado para a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade?

Prof. Masayuki: A necessidade de estar preparado é realidade. O Banco

Central já determinou que tais normas sejam o padrão contábil dos balanços consolidados de bancos a partir de 2010 e a CVM acaba de manifestar-se no mesmo sentido para as companhias abertas não-bancárias. As empresas que possuem filiais no exterior, e/ou têm suas ações negociadas em Bolsas de Valores do mundo inteiro, já conhecem e praticam ou as normas nacionais dos Estados Unidos (os US GAAP) ou as Normas Internacionais de Contabilidade. Entretanto, olhando-se o universo de Contabilistas do Brasil, é possível que ainda haja a necessidade de grandes esforços para serem ministrados cursos de Contabilidade Internacional nas IES brasileiras para ensinar as Normas Internacionais de Contabilidade, a fim de que suas demonstrações contábeis sejam comparáveis às de outros países para fins de análise e estudos acadêmicos, sob a ótica da compreensibilidade. Na Fipecafi e FEA/USP o ensino, pesquisa e aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade já estão ocorrendo regularmente há algum tempo, tanto em nível de graduação, como de pós-graduação. Em nível de graduação, por exemplo, a disciplina *Tópicos de*



MASAYUKI NAKAGAWA

Contabilidade Internacional está a cargo do Prof. Dr. L. Nelson Carvalho, o qual coordena, junto com o Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa, o Laboratório de Contabilidade Internacional, do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Um ponto que merece destaque: no Brasil, em termos de se buscar consenso com as Normas Internacionais de Contabilidade, a Constituição Federal impede que órgãos governamentais deleguem funções a outras instituições do setor privado. Assim, não será possível termos o que ocorre em outros países, com os órgãos federais de controle simplesmente deliberando por delegar seu poder de emitir normas a seus “CPCs” (FASB, IASB etc).

O senhor é a favor do Exame de Suficiência para os profissionais recém-formados?

Prof. Masayuki: Sou absolutamente a favor desse tipo de exame para nossos profissionais serem aceitos pelo mercado como *Contador Certificado* pelo sistema de Conselhos Regionais de Contabilidade no Brasil. Algumas preocupações que tenho com relação a esse tema dizem respeito ao resultado do nosso Exame de Suficiência, em termos de sua consistência e comparabilidade aos melhores padrões do mundo, porque nós, na verdade, já estamos envolvidos em projetos de globalização do profissional em Contabilidade. A Fipecafi, da FEA/USP, tem uma boa experiência internacional

nesse setor e está equipada e pronta para compartilhar com o CRC SP, em coordenação com o CFC, as tecnologias que domina nesse setor.

Qual a sua opinião sobre a Educação Profissional Continuada para Contabilistas?

Prof. Masayuki: Em minha opinião, a Educação Profissional Continuada, por ser complementar e necessária à atualização do Contador em matéria de conhecimentos técnicos requeridos ao melhor desempenho do exercício e fiscalização profissional da classe, sob uma adequada atitude e/ou comportamento ético-moral, não conflita com os objetivos da Educação Acadêmica Continuada. Esta é cada vez

Conheça a Asplan e surpreenda-se!



Vendas, Lojas, Marketing, Faturamento, Finanças, Compras, Estoques, Produção, Contábil, Fiscal, Trabalhista, Web

Experiência e conhecimento se encontram para simplificar processos através de nossos sistemas e serviços. Entender necessidades e criar soluções específicas para os mais variados ramos de atividade é o fator do sucesso.

Comprovadamente eficaz e simples.
Alta adaptabilidade e preços atrativos.
Tecnologia suportada por seus equipamentos.

Asplan Sistemas - (11) 3305-6502
comercial.sp@asplan.com.br - www.asplan.com.br



mais necessária devido às exigências do mercado de trabalho nacional e internacional, com vistas a um Contador qualificado como portador de conhecimentos acumulados, capaz de reconhecer, mensurar, avaliar e interpretar o comportamento dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e financeiros de interesse da Contabilidade.

Quais os nichos da Contabilidade que melhor atendem às demandas do mercado, atualmente?

Prof. Masayuki: De acordo com o dicionário etimológico da língua portuguesa de Antônio Geraldo da Cunha, a expressão **Cont/abilidade** é traduzida como sendo a habilidade de tornar alguém **confiável**, ou seja, **cont/ável / cont/ável** perante terceiros (o “v” se transforma em “b” devido ao fenômeno que, em lingüística, é conhecido pelo nome de *sonorização*). Neste sentido se a *habilidade* desejada de um Contador é de natureza gerencial, temos a *Contabilidade Gerencial*; se a habilidade desejada está relacionada a negócios internacionais, temos a *Contabilidade Internacional*; se a *habilidade* está relacionada ao reconhecimento, mensuração e gestão de custos, temos a *Contabilidade de Custos* e assim por diante. Os nichos de Contabilidade de maior interesse para o sucesso profissional do Contador depende

da escolha que ele fizer em função das oportunidades do mercado. Se ele deseja escolher o nicho mais compatível com o sucesso competitivo de uma empresa no contexto da economia globalizada, por exemplo, ele poderá se especializar em Logística Integrada à Controladoria e Negócios. Será, todavia, uma questão de se decidir após a análise das oportunidades, riscos, ameaças e competências pessoais de cada profissional.

O profissional que está sendo formado na universidade tem uma preocupação social com o Brasil?

Prof. Masayuki: Pelo que tenho observado, conceitos tais como *common law versus civil law* e direitos de cidadania no Brasil, ciência política versus ciência contábil, semiótica aplicada à análise contábil, filosofia das ciências aplicada à teoria contábil, obrigação de prestar contas dos resultados e eficácia da prestação de contas, responsabilidade social versus responsabilidade fiscal e tributária, sociologia do bem-estar e dignidade humana, ecologia empresarial e tantos outros ainda não são adequadamente estudados em nossos cursos de graduação em Ciências Contábeis. A conclusão a que chego, portanto, é a de que o profissional formado em Contabilidade no Brasil não tem uma percepção sobre a essência do que é a preocupação social no Brasil.

O que o senhor aconselha aos jovens Contabilistas?

Prof. Masayuki: A fim de complementar os conhecimentos adquiridos em seus cursos de graduação, aconselho os jovens Contabilistas a lerem, compreenderem e perceberem o significado das implicações estratégicas dos conceitos acima mencionados sobre a gestão de qualquer tipo e forma de instituição e seu desempenho econômico-financeiro no mundo real de negócios. Entendo que a sociologia, filosofia, psicologia, política, engenharia, direito, economia, finanças e religião complementam a preparação do Contador em um mundo construído socialmente, cujas pressões isomórficas devem ser do conhecimento de qualquer profissional.

Qual a sua expectativa com relação ao futuro próximo do Brasil?

Prof. Masayuki: Não tenho competência para falar do futuro social, político ou econômico do Brasil. Posso tentar falar do futuro próximo do Brasil em termos de ensino e pesquisa contábil. Se não fizermos uma reforma do ensino contábil no Brasil com o objetivo de tirar a Contabilidade das sombras em que se encontra, aliás, como de resto também ocorre no mundo todo, jamais o Contador será aceito no templo sagrado das ciências tradicionais mais conhecidas e aceitas como tais. Para tirarmos a Contabilidade das sombras nem instituições como o CRC SP ou a Fipecafi, isoladamente, conseguirão fazê-lo com sucesso. Minha sugestão é a de que, sob a coordenação de ambos, se crie uma força-tarefa, como a que ocorreu em 2000, quando a AAA (*American Accounting Association*) publicou o Boletim nº 16 intitulado *Accounting Education: Charting the Course through a Perilous Future*.





Publicar o balanço da sua empresa no Estadão é um excelente negócio, e uma grande oportunidade de atrair investidores com poder de decisão e que estão sempre atentos a números que sinalizem potencial de lucro. Anuncie o balanço da sua empresa no Estadão e valorize ainda mais a sua marca. Para anunciar, ligue (11) 3856 2080 ou pelo e-mail publicidade.legal@grupoestado.com.br

GRUPO ESTADO

O ESTADO DE S. PAULO

ELDORADO
AN. 02 - 11.11.11

Jornal da Tarde

AGÊNCIA
ESTADO

OESP

OESP

estado.com.br

Até pensamos em falar de tecnologia, mas preferimos mostrar o que existe por trás dela.

Muito trabalho e profissionalismo. É assim que fazemos da tecnologia apenas uma aliada e não nossa essência. Sabemos da inteligência e agilidade dos nossos profissionais e fazemos disso nossa marca registrada. O resultado de tudo isso você sabe melhor do que ninguém: praticidade. Já que somente pessoas conseguem entender as necessidades umas das outras. Sem elas, tecnologia é apenas tecnologia.

0800 015 4400

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre

